

# A IDEOLOGIA DA VELHICE



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Haddad, Eneida Gonçalves de Macedo

A ideologia da velhice / Eneida Gonçalves de Macedo Haddad.  
— 2. ed. — São Paulo : Cortez, 2016.

ISBN 978-85-249-2511-5

1. Assistência a idosos 2. Idosos - Condições sociais 3. Idosos -  
Cuidados I. Título.

16-08536

CDD-305.26

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Idosos : Antropologia : Sociologia 305.26

Eneida Gonçalves de Macedo Haddad

# A IDEOLOGIA DA VELHICE

2ª edição

 **CORTEZ**  
EDITORA

A IDEOLOGIA DA VELHICE

Eneida Gonçalves de Macedo Haddad

*Capa:* de Sign Arte Visual

*Revisão:* Ana Paula Luccisano

*Composição:* Linea Editora Ltda.

*Coordenação editorial:* Danilo A. Q. Morales

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa da autora e do editor.

© 2017 by Eneida Gonçalves de Macedo Haddad

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Monte Alegre, 1074 – Perdizes

05014-001 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

e-mail: [cortez@cortezeditora.com.br](mailto:cortez@cortezeditora.com.br)

[www.cortezeditora.com.br](http://www.cortezeditora.com.br)

Impresso no Brasil — março de 2017

À memória de OSWALDO e  
ENÓE APARECIDA, meus pais.

Ao CÉSAR querido  
e aos nossos filhos:  
FERNANDA e CESITO.



“Toda ciência seria supérflua se a aparência das coisas  
coincidisse diretamente com sua essência”

KARL MARX

“Pergunta a cada ideia:  
serve a quem?”

BERTOLT BRECHT



## SUMÁRIO

Prefácio à 2ª edição	
<i>Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva</i> .....	11
Apresentação à 2ª edição — Do passado ao presente.....	17
Apresentação — A velhice dos velhos	
<i>Teófilo de Queiroz Jr.</i> .....	53
Introdução .....	57
1. Um relato pessoal.....	57
2. Quando os velhos se transformam em objeto do saber.....	60
3. Esclarecimentos de ordem teórica .....	62

### CAPÍTULO 1

O saber sobre a velhice: a “ciência” está com a palavra

1. A velhice: o que é, o que se diz, do que se trata.....	71
2. Uma população envelhecida, porém “iluminada” .....	74
3. O receituário gerontológico .....	81

## CAPÍTULO 2

E o Estado, como se pronuncia?

1. A velhice como objeto de intervenção legal no Estado brasileiro	109
2. A ideologia da cumplicidade .....	118
3. Palavras e planos da Secretaria da Promoção Social .....	126

## CAPÍTULO 3

O imaginário e a lógica da questão da  
velhice na proposta SESC

1. Educação permanente: a varinha de condão para a conquista de uma velhice feliz .....	150
2. A vigilância sagaz.....	156
3. O SESC tutela os idosos .....	172
Conclusão.....	195
Fontes e bibliografia.....	199

## PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO

Em dezembro de 2016, fui surpreendida com o convite feito pela Professora Eneida Gonçalves de Macedo Haddad para prefaciara reedição do seu livro intitulado *A Ideologia da Velhice*, publicado em 1986 pela Cortez Editora. Após os minutos de tamanha emoção que sucederam ao convite, fui tomada por um sentimento de preocupação diante da responsabilidade assumida perante uma das referências mais constantes nas reflexões, em estudos, falas e produção escrita sobre o envelhecimento, a velhice humana, na perspectiva da totalidade social, no Brasil. Mas, devo confessar: fiquei honrada com o convite!

Dentre os motivos para tanta preocupação, convém destacar três desafios: (i) Como apresentar um livro tão conhecido e referenciado nos estudos sobre a velhice humana, considerando, inclusive, que a reedição foi reivindicada coletivamente durante o 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais?; (ii) Qual seria ou quais seriam os aspectos merecedores de maior destaque numa breve apresentação, como deve ser produzido um prefácio, tendo em vista que o livro *A Ideologia da Velhice*, diante do cuidado e refinamento crítico da autora, é um todo orgânico, difícil de ser desmembrado?; (iii) Finalmente, como deve se comportar a aprendiz durante a apresentação de uma obra de sua mestra? Assim, após um longo processo reflexivo de

ensaios e recomeços, foi preciso tomar uma decisão cujo resultado se concretiza nas linhas a seguir...

A lúcida opção por uma concepção teórico-metodológica, comprometida com o objetivo de conhecer a sociedade como totalidade, o estilo literário e a maneira contundente e corajosa de realizar a crítica, são características encontradas nos escritos da Professora Eneida Haddad. Na primeira apresentação, feita por Teófilo de Queiroz Jr., no dia 21 de março de 1986, foi destacada a sua rara habilidade de combinar *o rigor de cientista social* e *o calor do ser humano interessado em seu semelhante*.

Para além dessa incontestável habilidade, que se renova e se manifesta nas linhas dedicadas à apresentação da autora a esta edição, é oportuno acrescentar: a sensibilidade e o respeito no trato com as pessoas e com as questões relacionadas à vida; a professora aposentada, mergulhada na história das relações sociais que conformam o seu país, posicionada ética e politicamente na frente de resistência à barbárie, que se instalou nas últimas décadas, à mercê da reestruturação produtiva e da financeirização do capital. Enfim, eis algumas breves anotações sobre a autora, a linda mulher que tive a oportunidade de conhecer em Franca, São Paulo, no mês de setembro de 2016.

Ao escrever *A Velhice* — um clássico a ser estudado por quem deseja se debruçar sobre os estudos críticos relacionados à velhice humana —, Simone de Beauvoir, na década de 1970, denunciou a urgente necessidade de romper a conspiração do silêncio e dar visibilidade à existência de um abismo intransponível entre a velhice de ricos e pobres mediante estudos que levem em consideração a estrutura de classes na sociedade moderna.

Em seu livro, *A Ideologia da Velhice*, a Professora Eneida atesta a favor desse rompimento, desvelando um sistema de ideias responsável por fundamentar, no Brasil, discursos ideológicos protagonizados pela gerontologia-geriatria, pelo Estado, pelo SESC e pelas Ciências Humanas a-históricas, instâncias essas que, em suas palavras, “pro-

duzem e reproduzem as representações sobre a velhice, alicerçadas nas águas turvas da pseudoconcreticidade”.

Passados mais de trinta anos desde a sua primeira edição, o livro *A Ideologia da Velhice* continua sendo uma fonte de consulta obrigatória ao pensamento que pretende ir além da aparência e atingir a essência do fenômeno ora estudado. Trata-se de um instrumento a favor da resistência à avalanche de representações que aniquilam a apreensão da velhice do trabalhador enquanto produção social no sistema do capital. Pois, como ensina a Professora Eneida, “A ‘problemática’ da velhice é analisada pelos teóricos, tratada como se não fosse produto de uma totalidade própria, nem possuísse uma história, fruto das contradições da sociedade capitalista”.

Nessa linha de pensamento, faz-se alusão aos “ideólogos da velhice”, “técnicos em velhice”, “teóricos da velhice”, “cientistas da velhice” enquanto prescritores do “receituário gerontológico” cujas “ideias autonomizadas”, em acordo com a Professora Eneida, “buscam nos fazer acreditar que a realidade vivida pelo homem no final da sua vida poderá ser alterada com a ação da ‘ciência’, das instituições sociais, do Estado e do próprio idoso”.

Também são elucidadas, em tom de denúncia, práticas referentes à “pedagogia da velhice” e à “política de vigilância da velhice”, evidenciando, em seus conteúdos, como escreve a Professora Eneida, “uma educação da alienação, para a alienação e pela alienação”, bem como “a falácia ideológica que equaciona o problema da velhice sob as bases de um velho fictício”. As estratégias de responsabilização da família e culpabilização do velho trabalhador pela própria “velhice trágica”, recorrentes na atualidade, são aspectos devidamente abordados no escrito de 1986 e merecem a cuidadosa atenção por parte dos que estudam e atuam no campo do envelhecimento, da velhice humana. Mas o livro estava fora do catálogo da editora.

Assim, diante da dificuldade de acesso aos livros *A Ideologia da Velhice* e *O Direito à Velhice*, ambos publicados pela Cortez Editora,

tão raros e tão necessários, foi aproveitada a oportunidade criada durante o 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado entre os dias 5 e 9 de setembro de 2016, no Centro de Convenções, em Olinda, Pernambuco. Ao compor, junto com a Professora Solange Teixeira, a sessão temática *Política Social e Serviço Social: envelhecimento na sociabilidade do capital*, antes de iniciar a exposição, houve uma quebra do protocolo. Foi solicitada à coordenadora da mesa a autorização para, na tarde do dia 6 de setembro daquele ano, redigir e fazer circular um abaixo-assinado pela reedição dos livros da Professora Eneida Haddad.

Na noite de 27 de setembro de 2016, a caminho do campus da Unesp/Franca, no intuito de participarmos do II Workshop “Os olhares sobre o envelhecimento e velhice: a perspectiva crítica”, tanto eu como as professoras Solange Teixeira, Nanci Soares e Jonorete Benedito tivemos a honra de comunicarmos a notícia da reedição do livro à Professora Eneida, que, assim como todas nós, ficou muito emocionada.

Com a reedição do livro, é vislumbrada a possibilidade de acesso ao seu conteúdo a estudantes, profissionais, lideranças, pesquisadores, enfim, a reedição compõe o rol de estratégias de resistência, no sentido de desvelar o pensamento conservador que norteia as reflexões e práticas profissionais em torno das questões impostas pela velhice da classe trabalhadora. Como sinalizou a Professora Eneida Haddad, “ao modo capitalista de produção corresponde o modo capitalista de pensar”. Portanto, “ao lado do modo pelo qual a velhice **deve ser vivida**, segundo os paradigmas propostos aos velhos da sociedade brasileira, há os modos de **se poder vivê-la**”. E assim, “todos viveram suas particularidades... Não puderam desenvolver suas potencialidades. Vida e morte estão indissoluvelmente unidas”.

Antes de finalizar, quero registrar os sinceros agradecimentos à equipe da Cortez Editora, a todas as pessoas que assinaram o abaixo-assinado e à querida Professora Eneida Haddad por esta inesque-

cível oportunidade. O livro estará conosco! Creio, enfim, ter dado conta de como deveria me comportar diante do desafio: trazer a este Prefácio a história, como sempre faz a neta de Mariana e Narcisa, lembrando o nosso primeiro encontro selado com um abraço ao estilo pernambucano: apertado e demorado! Aguardo, ansiosamente, o lançamento para adquirir o meu exemplar dedicado e autografado.

Recife, 2 de fevereiro de 2017.

De coração,

*Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva*



## APRESENTAÇÃO À 2ª EDIÇÃO

## Do passado ao presente

Apresentada em dezembro de 1985 como dissertação de mestrado em Antropologia Social na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, *A ideologia da velhice* foi publicada no ano seguinte pela Cortez Editora. Iniciei o curso de pós-graduação em 1978, portanto, durante o execrável período da ditadura militar. Em 1986, continuei meus estudos, concluindo o doutorado em Sociologia em 1991.<sup>1</sup>

Escrever a apresentação para a segunda edição de *A ideologia da velhice* não é tarefa fácil. Mais de três decênios se passaram. O resgate do processo que me levou a estudar esse tema cruza-se com os anos vividos sob a ditadura militar, com a lembrança de fatos inesquecíveis e pessoas queridas, muitas das quais já não existem. Mas a dificuldade decorre também, e principalmente, da situação política vivida no Brasil com o *impeachment* da presidente Dilma, ocorrido sem respaldo na Constituição e com o apoio da grande imprensa. Em

---

1. *A velhice de velhos trabalhadores: o cenário, o movimento e as políticas sociais*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo — Departamento de Sociologia.

18 *Brumário de Luís Bonaparte*, Marx, recorrendo a Hegel, afirma que os fatos históricos repetem-se duas vezes: a primeira como tragédia e a segunda como farsa. No caso brasileiro, o golpe militar de 1964 foi uma tragédia e o de maio de 2016 uma farsa.

Após alguns anos de exercício democrático, os interesses da elite capitalista financeira, industrial e do agronegócio estão representados nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Um grande percentual da população brasileira está às voltas com toda sorte de humilhações, insegurança e ameaças a serem consolidadas pela PEC 241, agora alcunhada de PEC 55, e pelas reformas trabalhista e previdenciária, medidas fundamentais, conforme o presidente Temer, para conter a crise econômica provocada por sua antecessora.

Vive-se sob o signo de um projeto político premeditado, racional e perverso que impõe aos trabalhadores mudanças na legislação trabalhista, congelamento dos salários, cortes na saúde, na educação, na previdência, enfim, a perda de direitos consagrados na Constituição.

A Constituição vem operando de “*maneira deturpada e irregular*”, conforme Luis Felipe Miguel.<sup>2</sup> Segundo o autor, o sintoma mais evidente

da ditadura que se implanta é a paulatina redução da possibilidade do dissenso. Ela vem aos poucos, mas continuamente. Dentro do Estado, do Itamaraty ao IPEA, não há praticamente espaço em que a caça às bruxas não seja pelo menos insinuada. Vista como foco potencial de divergências, a pesquisa universitária está sendo estrangulada. Decisões judiciais coibindo críticas — em primeiro lugar ao próprio Judiciário e seus agentes, mas não só — tornaram-se cada vez mais costumeiras. Juízes e procuradores, embalados pela onda da campanha mistificadora do Escola Sem Partido, intimidam professores e estudantes que queiram debater em escolas e universidades. O MEC se junta à campanha, exigindo (...) que estudantes mobilizados sejam denunciados pelas administrações universitárias. É todo um processo de

---

2. Professor no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, onde coordena o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades.

normalização do silenciamento da divergência que está em curso (Miguel. ANPOCS, 2016).

Ancorado na tecnocracia financeira, na grande mídia e nos poderes Legislativo e Judiciário, o governo Temer tem imposto à população as determinações neoliberais, cuja hegemonia tem levado ao predomínio do pensamento único. Não há disfarces, debates ou negociações. A abertura da exploração do pré-sal a empresas privadas nacionais e estrangeiras é sintoma expressivo da situação anômala vivida no Brasil.

Voltando ao passado, na década de 1970, a produção teórica sobre a velhice era pouca no Brasil. Parte dela, comprometida com a manutenção do *status quo*, despertou em mim o interesse em trabalhar com a ideologia da velhice, tornando-se objeto do meu estudo. Refiro-me aos discursos produzidos e publicados pelo Serviço Social do Comércio/SESC e pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia/SBGG, assim como à legislação promulgada pelo Estado. Conquanto os proventos dos aposentados e pensionistas estivessem se tornando cada vez menores, conforme se menciona a seguir, e a miséria no fim da vida denunciasse a cruel desigualdade social produzida pelo capitalismo, o conjunto de representações produzido pelos ideólogos da velhice, expressão da ideologia dominante, ocultava a realidade concreta e, por conseguinte, a produção social da velhice na sociedade de classes brasileira.

No decênio de 1970, além dos salários, a assistência médica oferecida pela Previdência Social também era sofrível. Conforme Braga e Góes de Paula (1986, p. 83),

Chega-se a 1973 com um quadro de saúde pública muito grave configurado pela conjunção de enfermidades crônico-degenerativas ao lado das doenças infectocontagiosas; pela ocorrência nos centros urbanos de endemias antes apenas rurais, como a doença de Chagas, etc., pelo retorno da tuberculose como enfermidade significativa nacionalmente, pela vigência da desnutrição e de altas taxas de mortalidade infantil.

No contexto da ditadura militar, foi assinada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social a primeira medida normatizadora da assistência aos idosos, restrita aos beneficiários do sistema previdenciário (Portaria 82, de 4 de julho de 1974).<sup>3</sup> A partir de 1930, o atendimento à velhice era feito pelo Estado por meio de auxílios e convênios com instituições particulares. A Portaria 82/74 evidenciou a manutenção dessa postura; a inovação refere-se à prestação direta, voltada para a prevenção dos “males” da velhice e para a sensibilização da comunidade.

O empobrecimento das classes assalariadas crescia numa velocidade acentuada. Em nome do controle inflacionário e em favor da reprodução do capital ocorreu o controle salarial, verificando-se um rebaixamento aviltante do salário mínimo. Com relação aos reajustes dos proventos dos aposentados e pensionistas, não bastasse os índices de correção terem sido, até então, inferiores à inflação, a Lei n. 6.205, de 29/04/1975, descaracterizou o salário mínimo como fator de correção monetária. A correção pela variação do salário mínimo foi substituída por um sistema especial de atualização monetária (Art. 2º) (Ianni, 1979).

Outras medidas legais foram promulgadas em 1976<sup>4</sup> e 1979<sup>5</sup>, diminuindo, cada vez mais, os salários dos aposentados e pensionistas.

---

3. A cargo do Serviço Social, a assistência aos idosos far-se-ia diretamente pelo INPS e indiretamente através de (de maneira indireta por acordos) acordos com instituições, sempre que possível abrangendo os aspectos bio-psico-sociais. A primeira modalidade refere-se à internação custodial de aposentados — a partir dos 65 anos, quando do sexo masculino, e dos 60 anos, quando do sexo feminino, e pensionistas a partir dos 60 anos —, devendo abranger: “alojamento e alimentação; programação de atividades sociais; atendimento médico e de enfermagem; concessão de medicamentos de rotina” (Portaria 82, de 04 de julho de 1974). A internação deveria basear-se nos seguintes critérios: “desgaste físico e mental, impossibilitando a auto-suficiência para as atividades de vida diária; carência de recursos próprios ou do grupo familiar, para prover alojamento; inexistência de grupo familiar; abandono por parte do grupo familiar” (Portaria 82/74).

4. Em 24 de janeiro de 1976, o Decreto 77.077 consolidou a legislação da Previdência Social. Conforme o Art. 225, “A contar de 30 de abril de 1975, os valores monetários fixados com base em salários-mínimos serão substituídos por valores de referência, para cada região do país, reajustáveis segundo sistema especial estabelecido pelo Poder Executivo, na forma da Lei 6.205, de 29 de abril de 1975.”

5. A defasagem dos proventos dos beneficiários da Previdência Social aumentou a partir de 1979, em decorrência da Lei n. 6.708, de 30 de outubro, que modificou a política salarial:

A partir de 1979, tornou-se caótica a já difícil situação vivida pelos beneficiários da Previdência Social.

Em 1979, a Portaria 82/74 foi revogada pela de nº 25, quando, então, os idosos não previdenciários passaram também a contar com a assistência social. À Legião Brasileira de Assistência/LBA coube a função de *“desenvolver uma ação integrada entre os órgãos do Poder Público, nos seus diversos níveis e nos de atuação privada, a fim de evitar ações dispersas e esforços isolados”* (Portaria 25/79). Tendo caráter preventivo, terapêutico e promocional, a Portaria 25/79 objetivava propiciar a integração social do idoso, *“sobretudo no que se refere à melhoria das condições de vida, ao fortalecimento dos laços familiares e à formação de uma atitude positiva à velhice”*.

Três anos depois, em 5 de maio de 1982, quando as defasagens nos proventos dos aposentados e pensionistas tomavam proporções insustentáveis e a situação de pobreza impedia que se fechassem os olhos para a velhice não subsidiada pelo Estado, a Portaria MPAS 2.864 veio somar-se à anterior, ampliando os objetivos da assistência aos idosos, os quais não foram atingidos.<sup>6</sup>

---

o valor monetário dos salários passou a ser corrigido semestralmente, de acordo com o INPC (Art. 1º). Segundo o Art. 2º dessa lei, a correção passou a efetuar-se *“segundo a diversidade das faixas salariais e cumulativamente.”* A correção dos valores monetários dos salários passou a independe da negociação coletiva, podendo ser *“reclamada, individualmente, pelos empregados.”* (Art 3º). Ora, pelo Artigo 153 do Decreto n. 83.680, de 24/01/1979, o valor dos benefícios em manutenção deveria ser reajustado na mesma data que o salário mínimo, de acordo com a política salarial vigente. É fácil concluir que, com base neste decreto, combinado com a Lei n. 6.708/79, o reajustamento dos aposentados e pensionistas já sofreria acentuada defasagem. Não obstante, ele passou a ser pago com base no salário mínimo anterior, o que desencadeou uma diferença brutal.

6. Vale registrar os objetivos então anunciados:

- “prevenir a marginalização e promover a integração do idoso à família e à comunidade, mediante a adoção de programas preventivos, terapêuticos e promocionais organizados preferencialmente em regime de externato e de semi-internato;
- estender a assistência ao maior número de idosos, propiciando-lhe atendimento global, mediante o desenvolvimento de ações integradas das entidades do SINPAS;
- prevenir a segregação do idoso, através de incentivos a programas inovadores que aumentem a eficácia do atendimento das necessidades básicas do idosos, com sua ativa participação;

Tendo os recursos comprometidos com os interesses privados e a cobertura de benefícios e serviços ampliados, a Previdência Social viu-se atingida pelo declínio das receitas. Os proventos dos aposentados passaram a não cobrir as mínimas necessidades de sobrevivência.

No curso dos anos 1980, a sociedade brasileira conheceu substantivas transformações em suas formas de organização. Novos movimentos colocaram o social em ebulição. Explodiram as diferenças que se expressaram nas lutas que mulheres, negros, estudantes, minorias sexuais, ecologistas e aposentados desencadeavam pela melhoria da qualidade de vida.

O processo de constituição da Previdência Social possibilitou a organização do Movimento dos Aposentados e Pensionistas. Subordinados às malhas dos dispositivos institucionais, vivendo a tragédia da velhice subsidiada por uma Previdência Social plena de conflitos, os aposentados e pensionistas organizaram-se para enfrentar o Estado nos limites impostos pela “transição democrática” (Haddad,1993).

Isso foi possível graças ao aumento do número de associações e federações de aposentados e pensionistas, na primeira metade da década de 1980. Em 1985, com a criação da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas/COBAP, o Movimento foi organizado e ganhou grande visibilidade. Os aposentados e pensionistas da Previdência Social ansiavam por mudanças que lhes assegurassem proventos melhores e assistência médica de qualidade e, para isso, lutaram junto aos constituintes. Inúmeras caravanas saíram de todas as regiões do país em direção a Brasília, de tal sorte que o Movimento constituiu-se no segundo maior *lobby* durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, perdendo somente para a União Democrática Ruralista/UDR.

Até então, a política neoliberal não havia sido introduzida na economia capitalista brasileira. A sociedade estava empenhada na derrubada da ditadura, mas a ameaça pairava no ar. Logo após a

- 
- garantir padrões de qualidade nos serviços especializados para atendimento ao idoso junto à família e a sua comunidade”(Portaria 2 864/82).

promulgação da Constituição brasileira, em 5 de outubro de 1988, a COBAP temia pelo não cumprimento do que havia sido conquistado, uma vez que a privatização da Previdência Social era apontada como uma saída para resolver o ônus que os gastos com aposentados e pensionistas representavam aos cofres públicos. A política neoliberal avançava a passos largos, sendo uma realidade em vários países: Chile, Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, Espanha, França.

Conforme Francisco de Oliveira (1995, p. 24-5), “foi a ditadura que começou o processo de dilapidação do Estado brasileiro, que prosseguiu sem interrupções no mandato ‘democrático’ de José Sarney”. Com Collor, afirma ele, “surgiu o neoliberalismo à brasileira”, e com Fernando Henrique Cardoso o crescimento da “direita” no país.

A Constituição Federal, assinada em 5 de outubro de 1988, introduziu, com a denominação de seguridade social, um conceito alargado de proteção social, compreendendo “um conjunto integrado de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (Art.194). Quanto à Previdência Social, duas mudanças significativas encontram-se dispostas no artigo 194: “irredutibilidade do valor dos benefícios” e “caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial dos trabalhadores, empresários e aposentados”.

Os objetivos da seguridade social sintetizaram uma nova organização das políticas de previdência, saúde e assistência social que, se concretizadas, representariam um avanço maior na qualidade de vida dos idosos. As pressões do Movimento de Aposentados e Pensionistas no Legislativo e Executivo, as tentativas de atrair as centrais sindicais num momento em que era grande a taxa de desemprego e as manifestações para sensibilizar uma opinião pública voltada para seus próprios problemas não conseguiram trazer para um primeiro plano os debates sobre o direito à vida e, conseqüentemente, sobre o direito à dignidade na velhice.

Com a precarização do mercado de trabalho e o desemprego no Brasil, intensificou-se a divulgação pelo Estado e pela mídia que o

recolhimento para a Previdência Social diminuía cada vez mais. Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) incorporou o discurso político dos credores internacionais, isto é, de que a fragilidade do caixa da previdência exigia mudanças na legislação da instituição. O projeto de lei, tendo sido acompanhado de significativa resistência por diferentes segmentos da sociedade civil, levou quatro anos para ser aprovado, consolidando-se na Emenda Constitucional 20/98. Na sequência, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), atendendo também aos apelos da política internacional, conseguiu aprovar, no primeiro ano de seu governo, nova reforma da previdência (EC 41/03). De 1988 a 2003, duas grandes reformas ocorreram no Brasil, sem levar em conta pequenas alterações nos governos de Itamar Franco<sup>7</sup> e de Dilma Vana Rousseff<sup>8</sup>. O governo Temer está propondo um novo projeto de reforma da Previdência Social (Haddad, 2017).

Atualmente, outra grande preocupação é com o futuro do Sistema Único de Saúde/SUS, instituído pela Constituição Federal de 1988 (Art.195) para garantir o direito à saúde universal e gratuita a todos brasileiros. O SUS foi regulamentado pela Lei n. 8080, de 19 de setembro de 1990. É mantido com recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. É o maior sistema universal do mundo, sendo que 75% da população brasileira dele depende.

Constantemente, a mídia, comprometida com os interesses privados, refere-se ao ônus que o SUS representa aos cofres públicos e à insuficiência de verbas arrecadadas para atender satisfatoriamente as necessidades da população. Ao invés de maiores investimentos, a terceirização tem sido apontada como a melhor saída para resolver os impasses da saúde. A mercantilização da saúde, isto é, sua comercialização, sua venda a serviço dos interesses do capital, tem sido

---

7. A E.C. n° 3/93 instituiu o caráter contributivo da Previdência no Serviço Público, ao determinar que “as aposentadorias e pensões dos servidores públicos federais serão custeadas com recursos provenientes da União e das contribuições dos servidores, na forma da lei”.

8. Fim da vitaliciedade da pensão e flexibilização do fator previdenciário.

colocada em prática e insistentemente defendida pelo ideário neoliberal. Dos seus gastos, 60% são com os serviços privados, isto é, com o pagamento de procedimentos cirúrgicos, serviços ambulatoriais, hospitalares, faturas, indústrias de equipamento etc. Não existe, pois, uma política de saúde que priorize o setor público (Haddad, 2017).

Com sede em Brasília, a COBAP continua atuando em todo território nacional, acompanhando as propostas de mudanças na previdência e na saúde. O grau de organização dos aposentados e pensionistas ainda é extremamente frágil. Os idosos foram incluídos na plataforma de luta da COBAP, cujo nome foi alterado para Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos. A crescente insegurança a que estão submetidos poderá aumentar as tensões entre os aposentados e o Estado brasileiro, como tem ocorrido em alguns países europeus.

Conforme Harvey (2016, p. 10-11), atualmente há uma polarização no planeta: de um lado, a defesa por parte da Europa e dos Estados Unidos das austeras medidas neoliberais como solução aos problemas econômicos enfrentados; de outro lado, a “retomada de uma versão em geral diluída de uma expansão keynesiana baseada na demanda e financiada pela dívida (como na China), ignorando a ênfase de Keynes na redistribuição de renda para as classes mais baixas como um de seus componentes-chave”. Os dois polos têm garantido o aumento da concentração da riqueza nas mãos de uma poderosa plutocracia.

O envelhecimento da população é uma realidade em quase todo mundo. Mas a velhice está em perigo, ameaçada pelo fato de viver mais. Como ressalta Sálvea de O. Campelo e Paiva (2014, p. 129),

Nunca se trabalhou tanto! Nessa trama, as velhas e os velhos trabalhadores(as) quase invisíveis, do ponto de vista do foco do Estado, não fosse a atual magnitude do impacto do envelhecimento senil na agenda das políticas públicas, sobrevivem e são provedores(as) de suas famílias à custa dos direitos trabalhistas por eles(as) mesmos(as) conquistados, cuja longevidade lhes permite ver agora [sendo] desregulamentados.

Retornando ao estudo *A ideologia da velhice*, minha intenção inicial era realizar pesquisas empíricas a fim de conhecer a velhice vivida por velhos trabalhadores. Entretanto, acabei decidindo pela análise do conteúdo ideológico propagado pelas mencionadas instâncias de produção discursiva (o SESC, a Gerontologia-Geriatria e o Estado). Assim, limitei-me às representações da velhice por elas produzidas sem ter desenvolvido investigações que me permitissem conhecer o cotidiano dos idosos pertencentes aos segmentos mais explorados da sociedade brasileira, suas relações de convivência, o lazer que desfrutam, sua forma de viver a velhice e a resistência aos padrões preconizados pelos ideólogos a serviço dos interesses capitalistas. Foi ao que me dediquei no doutorado e nos anos subsequentes.

Ao lado do modo pelo qual a velhice **deve ser vivida**, segundo os paradigmas propostos aos velhos da sociedade brasileira, há os modos de **se poder vivê-la**. Tive o privilégio de conviver com velhos trabalhadores aposentados através de pesquisas realizadas, das quais me reporto a algumas e a alguns dos muitos idosos que possibilitaram a realização destas.

Esses estudos desmistificam os paradigmas defendidos pela Gerontologia Social, os discursos do SESC e os propósitos do Estado. As diferenças de classe, de gênero, de procedência além das individuais são variáveis a serem consideradas no processo de envelhecimento; o multiverso constituído por diferentes experiências individuais e coletivas desqualificam o modelo defendido para a velhice. Acrescente-se ainda que os gerontólogos são os principais porta-vozes de instituições internacionais preocupadas com as consequências que o envelhecimento da população mundial poderão trazer aos países “despreparados”. Tiveram eles um papel significativo nas assembleias mundiais sobre o envelhecimento, organizadas pelas Nações Unidas, ocorridas em Viena e Madri nos anos de 1982 e 2002, respectivamente. As determinações do capitalismo na produção da velhice foram, obviamente, omitidas.

A menção a algumas pesquisas realizadas deve ser compreendida como tentativa de, na segunda edição de *A ideologia da velhice*, ampliar o conhecimento da velhice de trabalhadores, cuja vida foi marcada pelo desemprego, pela disciplina, pela pobreza, pela subal-

ternidade, pela resistência, pelos sonhos... e pela esperança. Ao mesmo tempo, quem sabe, poderá estimular estudos que busquem salvaguardar aspectos significativos da nossa cultura e criticar os paradigmas propostos para bem viver a velhice.

Uma delas foi com velhos migrantes e não migrantes que se aposentaram como operários. Os que migraram vieram, quando jovens, para a cidade de São Paulo, oriundos de diferentes regiões do Brasil, substituindo o cabo da enxada pelo trabalho nas indústrias.<sup>9</sup>

A velhice vivida e pensada por operários aposentados foi compreendida como um conjunto de práticas e representações não isentas da ideologia dominante, resultado da dominação e do conflito inerentes à sociedade de classes; como manifestação diferenciada “que se realiza no interior de uma sociedade que é a mesma para todos, mas dotada de sentidos e finalidades diferentes para cada uma das classes sociais” (Chauí, 1986, p. 24), isto é, que possui uma lógica própria. Em outras palavras, da mesma forma que se refuta a visão gerontológica que, universalizando a velhice, acena com um modelo homogeneizador, tampouco aceita-se a ideia de que a forma como a velhice é vivida e pensada pelos trabalhadores aposentados esteja imune à cultura dominante. Práticas e representações da cultura dominante são interiorizadas e reproduzidas, mas também são transformadas, recusadas ou afastadas “*implícita ou explicitamente*”, conforme Chauí, daí a lógica interna própria, a lógica do conformismo, do inconformismo e da resistência.

Na medida em que o simbólico não pode ser reduzido a comportamentos observáveis e às suas finalidades práticas imediatas, tentou-se abrir pequeninos espaços para o conhecimento dos sonhos, dos desejos, das aspirações.

---

9. Pesquisa: *A velhice de velhos trabalhadores: o cenário, o movimento e as políticas sociais*. A pesquisa foi financiada pelo CNPq (1990-1991), que, também, me concedeu três bolsistas para a coleta de dados: Marcia Machado Turolla (Bolsa de Aperfeiçoamento), Rogério Nemoiyane Ribeiro (Bolsa de Iniciação Científica) e Sílvia Prevideli (Bolsa de Iniciação Científica). A colaboração por eles prestada foi muito importante.

Não se tratou de exaltar o aspecto imediato e o sentido que os idosos atribuem às suas práticas. É preciso compreendê-las em sua conexão com os conflitos e as condições de exploração a que é submetida a classe trabalhadora. Além do mais, a alienação é inerente à vida.

Consciência da vida? Estas palavras são justas? Temos consciência de nossa vida? (...) Não. Nossa vida não é realizada e nossa consciência é falsa. Não é somente nossa consciência que é falsa: ela é falsa porque nossa vida permanece alienada. Falsas representações conduzem a uma consciência falsa de uma vida irrealizada; elas não levam à consciência da irrealização (do grau de irrealização) da vida humana: elas a apresentam seja como realizada (e é a satisfação vulgar ou moral), seja como irrealizável (e é a angústia ou o desejo de outra vida).

Mais precisamente, hoje, não se sabe como se vive. Apenas sabe-se, depois de ter vivido, como se viveu. E que amargura nessa consciência infeliz (Lefebvre, 1958, p. 207-8).

Os personagens que possibilitaram a realização dessa pesquisa sobreviviam como aposentados; alguns deles continuavam trabalhando para complementar os proventos recebidos da Previdência Social. Perda de valores culturais, desgaste físico provocado por excesso de trabalho, deslocamento espacial e alimentação insatisfatória, desemprego, marcaram sua existência. Envelheceram sem ter condições de reverter o processo. Em suas formas de viver e de pensar a velhice encontram-se mesclados o conformismo, o inconformismo e a resistência. Quando eles se queixaram dos proventos recebidos pela condição de aposentados, lastimaram o fato de continuarem trabalhando, acusaram os “políticos” e o “governo” pela situação em que se encontravam. Entretanto, o conformismo se fez presente. Ao se referirem ao valor do benefício, foram registradas expressões como esta: *“Ah! Minha filha, a aposentadoria é a maior riqueza do mundo”*.

Nenhum dos depoentes estava informado da existência das associações de aposentados e pensionistas ou do movimento por elas desencadeado. Levantou-se a hipótese de que a desinformação decorria, primeiramente, da ausência total de veiculação por parte da mídia e, secundariamente, do fato de muitos não terem participado

da luta operária. Mas a resistência também ocorre. Não organizada, mas resistências que são construídas em suas práticas cotidianas, nas estratégias criadas para sobreviverem.

O primeiro contato com os idosos foi na Zona Leste da cidade de São Paulo, em filas de recadastramento do INPS e nos postos do INAMPS. Abriam as portas de suas casas para que fossem gravados seus depoimentos.

Na busca de não reduzir o heterogêneo ao homogêneo, houve a preocupação de destacar o que os idosos tinham em comum mas, ao mesmo tempo, procurando diferenciar a sua sobrevivência na velhice segundo a residência ou não com outras pessoas, lazer que desfrutavam, condições ou não de procurarem complementar os proventos da aposentadoria etc. Cuidou-se, também, de expor os depoimentos sem que o individual se perdesse ou fosse reduzido ao coletivo. A referência à contribuição de dois velhos trabalhadores é ilustrativa.

Sr. Herculano, paulista, negro, analfabeto, alto, sorridente, de cabelos brancos encaracolados, contador de histórias, compositor de sambas, de memória invejável e inteligência viva aposentou-se na Metal Leve. Antes de vir para São Paulo, trabalhou no mundo rural. Tinha 11 filhos e 35 netos e, separado da esposa, morava sozinho num barraco de madeira, em dois cômodos pequeninos, num terreno que adquiriu em 1954. Não se lastimava de solidão. Na frente do terreno, alguns pés de frutas, milho e outras plantas caseiras eram mencionados com satisfação. *“Planto... aquela doença do interior... um apego caipira... mas não dá pra eu esperar pra comer... Será que dá?”*

Muito doente, fraco, frequentemente hospitalizado, recebendo um salário mínimo como aposentado, Sr. Herculano não tinha recursos para comer o que precisava e o que gostava. Queixava-se disso. *“Eu gostava muito de carne. Naquele tempo eu comprava... Agora não dá... Outro dia me deu vontade de dar um chute num copo, porque eu fui comprar um pouquinho de carne. Eu pus num copo para trazer.”*

Quando se sentia em condições para andar, dedicava seus domingos ao “Lambe Fogo”, um time de futebol de várzea, treinando os meninos que considerava seus únicos amigos. Explicou: *“De primeiro, eu não gostava de futebol. Gostava de piada e de histórias... Também*

*fui doente por cinema. Hoje — afirmou com um sorriso largo — eu gosto de pensar e inventar sambas”.* E pôs-se a cantar, tocando violão:

Seu doutor põe a mão na consciência  
 E veja só que papagaiada,  
 Quem é rico pode comer e vestir bem,  
 Mas quem é pobre não pode  
 Nem vestir, nem comer nada.  
 Se compra roupa não come.  
 Se come, não compra roupa.  
 Só não morre seco, arreganhado,  
 Porque vem água na boca.  
 Se seu doutor fosse pobre quinze dias,  
 Treze passava fome  
 E no quatorze morria.

Sr. Herculano apropriou-se do tempo. Passava o dia pensando. E pensando, filosofando, chegou a conclusões importantes:

*Na minha opinião, pra viver mesmo, a gente precisava ficar velho e viver uns duzentos anos e parar ali. Mas o relógio não para. É o castigo. O relógio não para. Duvido que a senhora tivesse o poder pra sair mais nova do que quando entrou aqui. É... viu? Eu gosto de reparar nas coisa. Às vezes eu tô quieto, aí vem na cuca... e o relógio tac, tac, tac, tac.... A senhora entrou aqui mais nova e saiu mais velha. Uma pessoa nasce... que horas a pessoa pega de morrer? Não é a hora que nasce? Pronto, acabou. Dali um ano ela já tem um ano a menos de vida... Isso aí não tem idade... Não pra morrer. Eu tenho filho, irmão mais novo que já morreu. Parece que o novo não morre... Mas pode pegá desastre de automóvel, desastre de avião, essas doença que anda aí... Não é só velho não.*

Outro idoso que residia sozinho era o Sr. Humberto. Solteiro, católico praticante, paulistano, o mais velho dos nove filhos de um casal italiano, dos quais quatro já tinham falecido, tinha, na época, 80 anos. Aos quatro anos foi morar em Araraquara, retornando à cidade de São Paulo com mais de 20 anos. Aposentou-se por idade. Com o falecimen-

to de sua mãe, passou a viver só. Morava num apartamento alugado. Como recebia um salário mínimo de aposentadoria, era obrigado a trabalhar. Era vendedor de presépios e enfeites de Natal fabricados pela empresa onde se aposentou. Segundo ele, seu trabalho exigia que atravessasse as avenidas e ruas muito movimentadas de São Paulo, o que lhe causava muita insegurança.

*Eu gostaria de trabalhar em casa agora. Eu já estou enjoado de andar na rua pra cima e pra baixo. Se tivesse um serviço de fazer em casa, que depois entregasse o serviço, ganhava mais. Eu estou cansado de andar na rua... Quando a gente é moço é uma coisa, mas quando a gente tem uma certa idade... Depois São Paulo modificou muito. Tem umas avenidas que é ruim pra passar... andar de condução de cá para lá... Não é como antigamente. Antigamente, quando vim pra São Paulo, era mais fácil. Atravessava sossegado.*

Falava e lia fluentemente o italiano, apreciava teatro e música, principalmente a ópera. Reclamava muito da solidão e explicou que não tinha uma companheira por falta de recursos.

Do dinheiro que recebia, gastava uma parte com o aluguel que ele considerava baixo, por ser inquilino do mesmo proprietário há mais de 30 anos. Contou que quase não comprava roupas e gastava pouco com remédios, empregando o restante do dinheiro na manutenção da casa e na compra de alimentos. No primeiro encontro, fez questão de mostrar o que havia feito para o almoço — arroz, feijão, frango e batatas — e de servir uma porção de feijão com cenoura. Sr. Humberto cozinhava bem. Demonstrou satisfação por ter um interlocutor durante duas horas e meia, embora a primeira gravação dos depoimentos tivesse ocupado noventa minutos.

Voltava muito ao passado. Sentia saudade da época em que era jovem e residia com a família em Araraquara. Trabalhava com o pai, proprietário de uma fábrica de chapéus.

*Eu nasci no meio do comércio. O meu pai tinha fábrica de chapéu em Araraquara. Eu trabalhava com meu pai... eu e o meu irmão Laerte sempre trabalhamos juntos, na fábrica de chapéus... Depois veio aquela revolução de 32 e*

*veio aquela crise. Ninguém mais usava chapéu. Desistimos de fazer chapéu. Nós fechamos a fábrica.*

A vida em Araraquara foi evocada como o melhor tempo que desfrutou.

*Meu pai pôs uma papelaria para mim... era papelaria e charutaria misturada. (...) Meu pai comprou um sítio. A gente tinha automóvel e aos domingos a gente ia no sítio... Quando meu pai comprou o sítio já tinha tudo. Tinha uma casa velha... reformamos toda a casa e ficamos com uma bela casa. A revolução de 32 estragou tudo. E a família já começava a crescer. Tinha que vir pra São Paulo. (...) A vida lá era boa porque a gente vivia do comércio... não trabalhava de empregado na casa de ninguém.*

Quando voltaram para São Paulo, para aproveitar a experiência de Araraquara, o Sr. Humberto abriu uma charutaria. Não deu certo. Ele e o pai foram trabalhar como operários.

*Pra ir trabalhar de bonde era só pendurado no estribo de manhã cedo e voltar de noite. A gente saía às quatro da manhã pra entrar às seis horas na fábrica. Às quatro horas da manhã a gente saía daqui, todo dia de manhã... pra ganhar hora extra na Textília. E saía às cinco, seis horas. Quando chovia, quando tinha esses temporais de chuva... ali no Moinho Santista, na Avenida Tatuapé, as bocas de lobo não davam conta da água. E vinha toda aquela enxurrada e ficava mais de um metro de altura de água. Então o bonde não passava. Aí então a gente descia lá... Que a Textília ficava na Rua Gomes Cardim. A gente vinha até ali... Depois dali, atravessava a pé... a nado... com água até a cintura. Vinha pra casa a pé. De lá do Moinho Santista, da Avenida Tatuapé, quantas vezes eu fiz isso.*

Descreveu minuciosamente seu trabalho na Textília e em outra indústria, na fábrica de meias Musseline. Na primeira, segundo ele, trabalhava na sala de pano e, na segunda, na tinturaria. Não gostava do ambiente e do trabalho como operário.

O passado o acompanhava durante o sono. Sonhava muito... Sonhava com os pais, com a família... todos juntos em Araraquara. Tinha muito medo de se sentir mal à noite e de morrer sozinho. Assim,

queria comprar um telefone, mas receava que a proprietária do apartamento em que morava pensasse que ele tinha dinheiro suficiente para pagar um aluguel mais alto.

Em seus depoimentos os idosos falaram da velhice. Do que é ser velho. Do sentir-se velho. Ser e sentir aparecem entrelaçados... confundem-se.

Num quadro sombrio, as privações de uma existência mesclam-se com restos de esperança. Falaram da infância que ficou longe, da chegada a São Paulo, da vida de trabalho. “A memória do trabalho é o sentido, é a justificação de toda uma biografia”, conclui Ecléa Bosi (Bosi, 1979, p. 399).

A discriminação a que é submetido o idoso foi lembrada pelo Sr. Humberto.

*A velhice, acho que é um fardo pesado porque a gente é humilhado. Chamam a gente de velho... Isso é uma humilhação. Humilhação muito grave... (...) Queria viver sem preocupação, sem trabalhar... passear. Acho que a velhice devia ser vivida assim. Ter uma companhia... sozinho também não. Viver sozinho assim... De dia não é nada, mas de noite é chato.*

Sr. Herculano estava sentindo a velhice. A memória, tão boa, estava falhando, ele explicou.

*Chega aqui gente que eu não conheço... tô lidando pra mim conhecer... Depois eu fico até envergonhado quando ele fala: eu sou fulano de tal... Lembra que nós tocava lá? Eu digo: ‘Nossa Senhora! Meninada que a gente dava croque na cabeça. A gente alembra alguma coisa... mas eu tô notando uma coisa agora. Eu gosto de reparar a gente. A melhor coisa do mundo é a gente conhecer a gente, porque a gente inventa de conhecer os outros e larga de conhecer a gente.(...) Eu tô notando que a gente esquece das coisa... é daqui pra lá, não de lá para cá. Isso eu tô notando. Eu podia esquecer da febre amarela de Guaratinguetá, do rei da Bélgica que passou aqui pro Brasil... que eu era escoteiro em Guaratinguetá. Não! Mas pergunta a moda de carnaval de dois anos atrás... já tô esquecendo. Tem alguma coisa errada comigo. (...) Mas eu sou feliz. O dia que eu me achar infeliz, eu acabo comigo. Eu não espero a morte. Eu pulo num poço de roupa e tudo A gente tem que tá bem com a gente mesmo. Não tem outra coisa melhor!*

Sr. Humberto quase não dispunha de tempo, sentia-se muito cansado. Gostaria de ir ao teatro, mas não saía mais à noite. Sempre apreciou teatro e música lírica.

*Quando eu era mocinho vinham muitas companhias de teatro... arte dramática, ópera, opereta... essas coisa assim... isso eu sempre assisti no Teatro Municipal de Araraquara. (...) Agora tem teatro de graça, mas mesmo que pagasse um pouco a gente pagava. Mas não dá vontade... E eu não pago condução.*

Esses e os demais idosos que contribuíram para que este estudo fosse realizado estavam encerrando suas acidentadas biografias historicamente determinadas pelo modo capitalista de produção. Sr. Herculano constatou que havia alguma coisa errada com ele: a memória estava falhando, “*não de lá pra cá, mas de cá pra lá*”. Todos viveram suas particularidades... não puderam desenvolver suas potencialidades. Vida e morte estão indissolúvelmente unidas.

\* \* \*

Outra pesquisa foi realizada de agosto de 1993 a julho de 1995<sup>10</sup>, com idosos aposentados, nascidos e residentes no bairro Penha de França, onde seus pais e avós, majoritariamente italianos, haviam se fixado entre fins do século XIX e início do século XX, quando chegaram ao Brasil. Esse bairro situa-se na Zona Leste da cidade de São Paulo. Seu território tem início na margem direita do ribeirão Aricanduva, que o separa do Tatuapé, e se estende até São Miguel Paulista; limita-se, também, com Guarulhos.

Os idosos acompanharam a transformação do bairro. Rememoraram a infância e a vida difícil nas primeiras décadas do século XX. A várzea do rio Tietê, o Clube Esportivo da Penha, as festas organizadas pela Igreja Nossa Senhora da Penha, o futebol, o *footing* e os cinemas apareceram nos depoimentos de quase todos.

---

10. Pesquisa: *O sentido do lazer: relatos de velhos*. Pesquisa financiada pelo CNPq: agosto de 1993 a julho de 1995.

Os cinemas mais próximos da Penha estavam localizados no Brás: Popular, Piratininga, Olympia e Brás Politheama. A maioria, por falta de recursos, não se deslocava até o Brás para ir ao cinema. Dona Judith contou entusiasmada: *“Às vezes eu ia ao Brás Politheama com a trempe atrás... porque eu tinha que levar minhas irmãs. Fui a mais velha e fui a que tomava conta de todas. Eu adorava cinema”*.

Demorou muito para que a população penhense pudesse ter um cinema no bairro, como outra opção de lazer que não aquelas vividas no espaço da rua, da igreja e do universo familiar. Segundo informação dos idosos, o primeiro cinema, São Geraldo, fora criado por volta de 1920.

A exploração das áreas rurais em torno da Penha, a caça, a pesca no rio Tietê, fontes de abastecimento para suprir as necessidades alimentares dos moradores, assim como o cultivo de árvores frutíferas, hortas, milho e outras plantas e a criação de animais domésticos nos quintais das casas, apareceram nas recordações dos moradores do bairro.

A pobreza também é mencionada nos depoimentos. Pobreza e lazer aparecem entrelaçados. Sr. Euclides recordou-se do avô, seu grande companheiro.

*Não tinha esse negócio de fartura que nem tem hoje. Coitada da minha mãe... lavava roupa, estendia na frente da casa, na rua, que era tudo grama. Não passava carro aqui, ninguém tinha carro. Ninguém tinha carro. Era tudo gente pobre. A vida era dura, dura mesmo. Era feijão, arroz e uma misturinha qualquer. Era ovo frito todo dia. No fim de semana, era a mesma coisa ou uma macarronada. Às vezes minha mãe matava uma galinha... ela criava galinha. Ou a gente ia pescar. Caçar era com meu avô. Mas meu irmão ia pescar todo dia, todo dia. Meu avô ia caçar sabiá. Matava sabiá e rolinha. Eu ia junto. Eu era o cachorrinho que ia pegar as vítimas dos tiros. Todos os domingos a gente ia caçar. Meu avô pegava 20, 30 sabiás e rolinhas. Daí minha avó, no dia seguinte, depenava e chutava-se com polenta.*

Dona Lidia referiu-se às frutas existentes nas circunvizinhanças: goiaba, lima, gabiroba, maria-pretinha, araçá, maracujá, amora preta

e vermelha. Quando ventava muito à noite, logo de manhã, as crianças iam pegar as frutas que tinham caído no chão.

*Aqui na Dr. Cantinho, lá no fim, tinha um pé de amora preta. A gente ia lá com uma vasilha grande e voltava com aquilo cheio. Eu gostava de atravessar o rio Tietê, do outro lado, porque tinha um pé de ingá. Um ingazeiro. Perto da casa de Dona Lavínia, o pessoal parava com o barco ali pra pegar ingá. Era a coisa mais linda o pé de ingá. Era maravilhoso. Era muito bonito. Pra cá a natureza era muito bonita.*

Os aniversários não eram comemorados, “*não na minha casa*”, afirmou Dona Mafalda. “*Eu só tive uma festinha, que eu me lembre, quando completei 18 aninhos.*”

Os natais eram pobres. O Sr. Renato recordou:

*O dia do Natal, você notava que era diferente por uma particularidade, esperar o Papai Noel. Mas ele não vinha. Para mim, não. Muito difícil. O meu irmão está esperando uma bicicleta do Papai Noel até hoje. Ele está com 62 anos. Desconfio que não vá ganhar a bicicleta mais. Era muito triste... Muita pobreza...(...) No Natal, no fim de ano, havia uma pequena diferença na minha casa porque eu tinha um tio que era estabelecido no Mercado Central com banca de frutas. Então, a minha casa diferenciava um pouco nisso... ele mandava um pouco de frutas... Ele mandava... porque se tivéssemos que comprar, não teríamos condições.*

Algumas atividades de lazer faziam parte da vida de todos os idosos, como ver televisão, bater papo com os vizinhos, visitar os parentes...

A costura, o tricô, o crochê e a limpeza do jardim, além das festas, foram apontadas como formas de lazer. Sr. Arnaldo sempre apreciou a pescaria. Segundo ele, “*tem que ter lazer. O lazer é fundamental. Pelo menos no fim de semana tem que ter lazer... pra ter disposição de trabalhar e ter motivo também*”. Ele e sua irmã, Dona Yvone, ainda frequentavam o Clube Esportivo da Penha. Dona Judith tinha sido operada da catarata e não enxergava o suficiente para ler, atividade que ela apreciava muito. Dona Francisca gostava de ler, de pintar, de ir ao teatro.

*Se eu tiver um livro na mão... é a coisa que eu mais gosto de fazer. Se eu não tiver um livro, pego um jornal. Eu tenho uma tia que me fornece as revistas italianas. Então eu leio de cabo a rabo aquelas revistas. Depois é pintar. Não gosto muito de cozinha. Eu prefiro mais essas coisas de arte. Meu avô materno era pintor, diplomado na Itália. Depois os filhos foram pintores. (...) Meu avô tinha uma instrução elevada.*

Dona Alzira mencionou as festas de família como importante atividade de lazer. Sentia saudade de quando o marido era vivo.

*Nos aniversários eu aprontava aquela mesa... eu gostava mesmo de cozinhar. E no Natal, então... Nossa Senhora! Eu queria fazer sozinha o almoço de Natal. Não queria ajudante. A minha casa era muito alegre... Às vezes eu fico lembrando... fico triste, porque acabou. Acabou tudo.*

Por motivos diferentes, muitos deles saíam pouco de casa para passear... uns porque ainda trabalhavam, outros devido às limitações da saúde... outros ainda por faltar companhia.

Os proventos recebidos pelos aposentados eram insuficientes para cobrir todas as necessidades na velhice. Alguns enfrentavam problemas de saúde e tinham gastos fixos com remédio.

Muitas descrições, muitos detalhes. As histórias narradas inscrevem-se na história do narrador, na do seu nascimento, vida e morte. A sedimentação do passado está ligada às relações familiares e à menor mobilidade.

Entre as famílias mais pobres a mobilidade extrema impede a sedimentação do passado, perde-se a crônica da família e do indivíduo em seu percurso errante. Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças (Bosi, 1979, p. 362).

Com esses idosos da Penha de França foi diferente. Nasceram e viveram no mesmo bairro. Embora a aposentadoria fosse pequena, a

maioria não pagava aluguel. Residiam muito próximos uns dos outros, pertencendo, pois, ao mesmo “pedaço” do bairro. Alguns descendiam dos mesmos avós, vindos do Vêneto.

As relações vicinais asseguraram, ao longo das décadas, a base morfológica indispensável para determinadas atividades de lazer, como a participação em algumas festas e bate-papos informais na rua, ocasionados, na maior parte das vezes, pela permanência dos idosos na porta das casas para tomar sol, apreciar o movimento ou, o que era mais comum, cuidar dos netos que brincavam na rua. Quem descia a rua Dr. Cantinho (hoje Valentina Piva) podia encontrar alguns velhos moradores: os Srs. Euclides, Renato, Arnaldo, Dona Lídia, Dona Alzira, Dona Yvone e outros proseando com pessoas, nem sempre de suas faixas etárias, enquanto os netos, correndo de uma calçada para outra, causavam-lhes preocupações. Por isso eles interrompiam constantemente a conversa que nunca chegava a um ponto final. As relações sociais de convivência e as formas de sociabilidade correspondentes explicam essas e outras atividades de lazer que aconteciam no “pedaço”.

Era na Igreja Nossa Senhora da Penha que os idosos reviam muitos amigos da mocidade. Os encontros espontâneos chegavam a funcionar como forma de controle social. A vida dos conhecidos passava pelo crivo ético dos idosos, fazendo parte do passatempo, ao lado das conversas sobre política, economia, futebol, aposentadoria etc.

Uns mais, outros menos, todos desfrutavam de atividades de lazer ligadas ao bairro. Cabe indagar: estas formas de lazer sobreviverão? Não bastasse a urbanização ter ocorrido “à custa da desagregação da ‘cultura popular’ e em condições que favoreceram muito pouco o influxo construtivo desta sobre a formação da ‘civilização’ industrial e urbana” (Fernandes, 1979, p. 29), nos últimos decênios do século XX, assistiu-se ao fenômeno da mundialização da cultura, decorrência da globalização do mercado. Entretanto, se “uma reflexão sobre a globalização, pela sua amplitude, sugere a primeira vista que se afaste das particularidades”, na realidade, elas não “estão perdidas na sua totalidade” (Ortiz, 1994, p. 8).

Ao longo de sua trajetória, os idosos entrevistados tiveram suas atividades de lazer praticamente restritas ao bairro Penha de França; as condições financeiras impediam que usufruíssem das delícias proporcionadas pela cidade de São Paulo. Diferentemente dos demais, a família de Dona Francisca tinha posses. Ela apreciou ópera desde menina. Contudo, explicou que não desfrutou mais da cidade por ter sido muito reprimida pelo pai. *“Minha mãe tinha tido na juventude todas as regalias de frequentar teatro. E sempre do melhor, sempre do melhor, porque o pai levava a filharada toda pro teatro.”*

Empobrecidos pelas políticas econômicas que, cruel e irreversivelmente sempre os atingiram, aposentados e velhos receberam o golpe final desfechado pelo neoliberalismo. Mas se admitirmos que a globalização do mercado os — e nos — atinge, compreendemos, também, não ser possível descartar as diferenças culturais existentes no planeta. De um lado, a crise do Estado Providência nos países de capitalismo desenvolvido e a degradação do sistema previdenciário em países como o Brasil impedem que os idosos excluídos usufruam de uma melhor qualidade de vida. De outro, os paliativos de lazer que se estendem mundialmente na proporção que a política previdenciária responde aos apelos das novas exigências do capital, não significam que tenham sido destruídas diferentes manifestações culturais.

A aposentadoria inaugura a idade do lazer? Esta indagação se opõe à diversidade de situações vividas pelos idosos na sociedade de classes. Experiência que não se abre a todos, na medida em que muitos trabalham até o fim da vida, a forma de preenchimento do tempo livre após aposentadoria depende dos hábitos cristalizados, dos proventos recebidos, das condições físicas e psicológicas, das relações familiares etc. O lugar ocupado pelo trabalho durante a vida produtiva é decisivo na qualidade do fim da vida na velhice.

\* \* \*

No período de agosto de 1995 a julho de 1997, convivi com idosos diferenciados de outros idosos pobres por terem trabalhado, na condição de foliões do Divino, para a realização da Festa do Divino Espírito Santo, antiga tradição profano-religiosa. Nasceram no mun-

do rural e permaneceram nas mesmas cidades paulistas do Alto Paraíba, São Luiz do Paraitinga e Cunha.<sup>11</sup>

A escolha dos foliões do Divino, bastante idosos, deveu-se ao fato de que suas lembranças do passado, as músicas por eles cantadas, as formas como desfrutavam do tempo livre, o significado da Festa do Divino em suas vidas abririam espaço para o conhecimento da velhice de personagens que viviam num universo de relações econômicas e sociais muito específico. Além disso, poderiam ser alguns dos poucos representantes vivos de uma cultura em processo de extinção, a cultura caipira.

Conforme Antonio Candido, a cultura caipira era “ligada a formas de sociabilidade e de subsistência que se apoiavam, por assim dizer, em soluções mínimas, apenas suficientes para manter a vida dos indivíduos e a coesão dos bairros” (Candido, 1975, p. 51). O autor aponta como características dessa cultura: o isolamento, a posse da terra, o trabalho doméstico, o auxílio vicinal, a disponibilidade de terras e a margem de lazer (Candido, 1964).

De acordo com Martins (1975, p. 106), “são as relações econômicas aquelas pelas quais concretamente se determina a cultura caipira”. Segundo ele, as relações econômicas não podem ser confundidas com as típicas relações de mercado, uma vez que “a mercadoria da sociedade caipira é o excedente e a sua economia é a economia do excedente, que engendra a sociedade e a cultura do excedente”. A vida material, social e cultural do caipira é marcada pela espoliação. Longe de estar à margem do ‘mundo’ é, na realidade, mediada

pelos resultados da atividade ‘fora’ da economia do excedente. (...) O excedente procede a uma exclusão integrativa do caipira na sociedade

---

11. *A tradição dos oprimidos: a velhice de velhos caipiras*. Pesquisa financiada pelo CNPq (agosto de 1995 a julho de 1997) que, inclusive, concedeu-me três bolsistas, cuja participação foi muito importante ao longo de todo levantamento empírico: Luciana Conti Jardim (Bolsa de Aperfeiçoamento), Jaqueline Aparecida dos Santos (Bolsa de Iniciação Científica) e Ana Rosa Toledo de Andrade (Bolsa de Iniciação Científica). Vale registrar que Ana Rosa Toledo de Andrade é luisense. Foi ela quem nos introduziu na cidade de São Luiz do Paraitinga, devido a suas redes de relações sociais, e também na cidade de Cunha. Sou muito grata às três companheiras.

capitalista; justamente porque não é produzido como mercadoria, não implica necessariamente na interdependência e nas relações implícitas na divisão do trabalho, mas porque é demandado como mercadoria necessária, sob essa forma de produção sem custos (especialmente monetários) (Martins, 1975, p. 107).

Acrescente-se ainda que o “ciclo do cotidiano” do caipira é marcado pelo “ciclo da natureza” e pelo “ciclo das comemorações litúrgicas do catolicismo”, cujas regularidades “combinam-se em função do trabalho rural, da atividade humana sobre a natureza” (Martins, 1975, p. 108).

A Festa do Divino Espírito Santo não é comemorada na mesma data nas diferentes regiões em que tem lugar. O que pesa não é o calendário religioso e sim o ciclo agrícola local.

A música, sempre presente, é abundante na Folia do Divino, a qual precede a realização da Festa. A Folia é composta de tocadores de viola, rabeca, caixa, triângulo e adufe. O festeiro costuma contratar seus serviços para manter a Folia. O mestre conhece todo o roteiro da Folia, além de dominar obrigatoriamente o universo musical que acompanha o ritual. Uma pessoa de sua confiança é escolhida para desempenhar o papel de alferes.

Durante o dia, os foliões visitam as casas de um bairro rural da cidade, às vezes distantes alguns quilômetros umas das outras. O alferes vai à frente, carregando a bandeira do Divino,

um estandarte com o Divino Espírito Santo bordado ou pintado tem caráter sagrado, e beijá-la é dever de todos, para isso sendo levada a cada um dentro da casa. Nesse ritual são feitos pedidos de graças, em geral de um bom ano para o gado e a lavoura, e são feitas promessas de retribuição com o produto do trabalho (Martins 1975, p. 111).

As visitas são feitas ao som da música e todo o ritual é obedecido. O alferes recolhe e registra as ofertas e as esmolas em todas as casas percorridas.

A Folia do Divino levava por volta de um ano. Quando da realização da pesquisa, durava apenas uns meses. Muitas propriedades que pertenciam aos pequenos proprietários rurais foram sendo vendidas para indivíduos da classe média, residentes em cidades maiores, inclusive em São Paulo, cuja aquisição é feita em nome do sossego local. Com isso, o número de casas visitadas diminuiu e, por decorrência, o dinheiro arrecadado com a esmola concedida pelos moradores também: “*os de fora*” não estão envolvidos nessa tradição.

A esmola é que mantém a Festa do Divino, junto com as ofertas (bezerros, vacas, porcos, galinhas) fundamentais para o afogado, o grande almoço oferecido à população da cidade. Quem vem de outras cidades também desfruta gratuitamente da deliciosa comida feita pelos moradores.

A Festa do Divino atrai muita gente de outras cidades. Paulatinamente, foi se tornando espetáculo. Se as formas de lazer e as festas estão mudando, tragadas pelo reino da mercadoria, o que resta do passado, compreendendo-se a cultura caipira como um “estilo no seio da miséria e da opressão”? (Lefebvre, 1991, p. 45). Se a obra quase desapareceu, substituída pelo produto, como viviam no final do século XX os foliões do Divino que, de personagens, viravam coadjuvantes? O que foram sendo e deixaram de ser na trajetória de sua existência? Como sobreviviam na velhice? Essas e outras indagações nortearam este estudo, tão importante para mim, não somente em decorrência dos meus interesses ligados às ciências sociais, mas também em razão das minhas lembranças familiares. Meu pai amava a cultura caipira: a moda de viola, o cururu, os desafios, as músicas, as danças, as festas, as poesias, tendo sido um grande admirador do folclorista Cornélio Pires. Todos os anos íamos até a beira do rio para assistir ao encontro das canoas do Divino, na cidade em que residíamos: Tietê.

Os foliões do divino que envelheceram e com os quais tive contato sempre foram muito pobres. Na velhice, sobreviviam com um salário mínimo de aposentadoria.

Um dos antigos foliões de São Luiz do Paraitinga contou que, quando mudou do meio rural para a cidade, tornou-se folião do Di-

vino. Em seu depoimento, pobreza e Folia apareceram juntas. A pobreza levou-o a trabalhar para a Folia do Divino, a qual, por sua vez, foi o remédio para a fome. *“Sou pobre até hoje, mas não sofrido como antes. Era muito mais.”* Segundo ele, os velhos foliões estavam falecendo. Explicou que todos os seus mestres não estavam mais vivos. *“Morreram todos”*, acrescentando: *“dos foliões da minha época existe hoje eu, meu irmão que tem um carrinho de pipoca e um sujeito que sempre vive no mercado... um tal de Teodoro.”*

Durante as festividades de encerramento da festa do Divino Espírito Santo, em maio de 1996, foi possível acompanhar as manifestações profano-religiosas da população luisense, assim como conhecer e gravar os depoimentos de um dos mestres de Folia mais conhecido na região: Dito Gerardo.

Natural e residente em Cunha, o velho folião estava aposentado. Faleceu alguns dias depois dos depoimentos gravados. Um derrame ocorrido cerca de nove meses antes tinha deixado sua marcas. Sua fala estava um tanto comprometida, sua agilidade também. Seu pai e tio tinham sido, respectivamente, capitão e rei de Moçambique. Nasceu, portanto, numa família que cultivava o gosto pela música e pela dança. Dito Gerardo cantou em 29 Folias do Divino. *“Quando não tinha Folia, eu ficava na roça plantando milho, feijão e roçando pasto.”* Devido à doença, ele tinha parado de dançar Moçambique. Manifestou satisfação de trabalhar suas lembranças, mas tristeza quando falou sobre isso. Continuando, explicou que estava difícil pagar os foliões do Divino.

*É o festeiro quem paga. A prefeitura ajuda também. Mas os foliões não chegam a se aposentar. Eu cantei na Folia esse tempo todo. Ameaçou derrame e eu não podia me aposentar. Nunca tive INPS. Acabei aposentado no FUNRURAL, naquela lei. Agora tá difícil... Os foliões não se aposentam.*

A sociedade capitalista oprime o trabalhador velho, impede-o de viver dignamente, condenando-o à degradação e à pobreza. Referindo-se aos trabalhadores idosos, como uma parte da classe trabalhadora na atualidade, Solange Maria Teixeira (2008, p. 79-80) afirma que eles

não são sequer explorados, são os supérfluos para o capital; a camada lazarenta da classe trabalhadora, compondo o pauperismo oficial cuja situação é decorrente do modo de produção e reprodução capitalista, condição social que não afeta a todos os idosos (e a todas as classes) da mesma forma, nem em termos de expectativa de vida, em condições de vida, nem no modo de vivenciar o envelhecimento.

Submetido aos imperativos capitalistas, o diagnóstico apresentado pelos ideólogos da realidade vivida pelos velhos aparece ligado aos problemas gerados pelo desenvolvimento; apela para os efeitos da industrialização e da urbanização, das transformações na família, do conflito de gerações etc., silenciando-se sobre o processo de envelhecimento, a desigualdade social, a exploração, a luta de classes, os baixos salários, a precariedade da saúde... A política da integração é apontada como capaz de colocar fim à vulnerabilidade dos velhos, de reinseri-los na sociedade, de garantir sua autonomia, de proporcionar-lhes um envelhecimento ativo. Motiva os idosos a novas atividades, novos movimentos, novas ocupações, etc. Enfim, em seus princípios doutrinários se escondem as relações sociais mediadas pela mercadoria.

Ao longo desses anos, a convivência com velhos trabalhadores foi muito significativa para mim, carregada de afeto, de momentos sofridos e de alegria, de amizade. Poucos ainda vivem. Ficaram seus nomes e as lembranças do vivido. As longas gravações e as fotos estão devidamente guardadas e conservadas. Fazem parte do meu trabalho, da minha vida, das minhas recordações. Já decidi que, mais adiante, talvez logo mais, irei doá-las a uma instituição ligada à pesquisa que archive seus depoimentos e os tornem disponíveis à consulta. Por enquanto, ao mesmo tempo em que vivo a velhice, continuo trabalhando. Ecléa Bosi soube expressar o significado profundo dessa busca.

O velho, de um lado, busca a confirmação do que se passou com seus coetâneos, em testemunhos escritos ou orais, investiga, pesquisa, confronta esse tesouro de que é guardião. De outro lado, recupera o tempo

que correu e aquelas coisas que quando perdemos nos sentimos diminuir e morrer (Bosi, 1979, p. XX)

Encerro esta apresentação preocupada com a situação de grande parte da população brasileira, com a punição aplicada aos aposentados e pensionistas, com a sobrevivência da velhice sob as determinações do capitalismo brasileiro.

A PEC 241 (agora PEC 55), defendida pelo atual governo, congela o gasto público durante 20 anos, reajustando-o *conforme a variação da inflação do ano anterior*. Se aprovada, a PEC da Morte irá sucatear os serviços públicos e provocar significativos danos à saúde, educação e assistência social, retirando direitos conquistados pelos trabalhadores. As privatizações dilapidarão o patrimônio público. Para que ela se sustente, há necessidade da reforma da previdência, razão por que o novo regime fiscal antecede as mudanças previdenciárias. Conforme Queiroz (2016), “a PEC 241 é gatilho para a reforma da previdência”.

Embasado no argumento defendido pelos tecnocratas neoliberais, representados por Henrique Meirelles, atual Ministro da Fazenda, o presidente em exercício, Michel Temer, buscando convencer a população, tem insistido que a reforma da previdência é uma medida preventiva necessária e urgente. Segundo ele, o aumento da população idosa e da longevidade impedirá que o Estado, num futuro próximo, mantenha seus compromissos com os beneficiários da Previdência Social. A ameaça é evidente. Todavia, paralelamente, alguns pesquisadores têm esclarecido que a justificativa para a reforma da previdência fundamenta-se em argumentos falsos em virtude do seu *superávit* ser muito maior do que o proclamado pelo governo.

Os recursos arrecadados poderiam, isso sim, ser aplicados para melhorar as condições de vida dos aposentados e pensionistas subsidiados pelo Estado. Mas a política neoliberal impede quaisquer acréscimos que as classes trabalhadoras e outros grupos subalternos possam obter.

A Previdência Social no Brasil foi estudada por Denise Lobato Gentil, professora e pesquisadora do Instituto de Economia da Uni-

versidade Federal do Rio de Janeiro. Os resultados da pesquisa, sob o título *A falsa crise da Seguridade Social no Brasil: uma análise financeira do período 1990–2005*, foram apresentados como tese de doutorado. Em 10 de janeiro de 2016, a investigadora, entrevistada por Corynto Baldez, esclarece que, na segunda metade da década de 1970, foi propagada a ideia de falência dos sistemas previdenciários públicos e, com a crise econômica dos anos 1980, os ataques às instituições do *welfare state* foram reforçados. A seguir, explica o artifício contábil utilizado para distorcer os cálculos oficiais (Haddad, 2017).

Tenho defendido a ideia de que o cálculo do déficit previdenciário não está correto, porque não se baseia nos preceitos da Constituição Federal de 1988, que estabelece o arcabouço jurídico do sistema de **Seguridade Social**. O cálculo do resultado previdenciário leva em consideração apenas a receita de contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social (**INSS**) que incide sobre a folha de pagamento, diminuindo dessa receita o valor dos benefícios pagos aos trabalhadores. O resultado dá em *déficit*. Essa, no entanto, é uma equação simplificadora da questão. Há outras fontes de receita da Previdência que não são computadas nesse cálculo, como a **Cofins** (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), a **CSLL** (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), a **CPMF** (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) e a receita de concursos de prognósticos. Isso está expressamente garantido no artigo 195 da Constituição e acintosamente não é levado em consideração (Gentil, 2016).

Relatou, também, que ao levantar o período correspondente a dezesseis anos, de 1990 a 2006, constatou que havia *superávit* operacional ao longo dos anos, sendo que, em 2006, havia sido de R\$1,2 bilhão. Contudo, o *superávit* da Seguridade Social, por abranger a Saúde, a Assistência Social e a Previdência, foi muito maior. “Em 2006, o excedente de recursos do orçamento da Seguridade alcançou a cifra de R\$72,2 bilhões. Uma parte desses recursos, cerca de R\$38 bilhões, foi desvinculada da Seguridade para além do limite de 20% permitido pela DRU (Desvinculação das Receitas da União)” (Gentil, 2016).

Analisando os dados retirados da Execução Orçamentária da União, comprovados como anexo no final da tese (Gentil, 2006, p. 246-357), a autora apresenta suas conclusões (Gentil, 2006, p. 228-237), dentre as quais:

- o sistema de seguridade social é financeiramente sustentável e apresenta grande potencial para a expansão de gastos sociais;
- a previdência gerou *superávit* operacional durante onze dos dezesseis anos investigados;
- a metodologia utilizada para a aferição da crise da previdência é questionável, uma vez obter o resultado financeiro da instituição baseando-se apenas no cálculo previdenciário. Essa manobra contábil, adotada pelos formuladores das políticas econômicas dos anos 1990, fere o que determina a Constituição de 1988, isto é, que no cálculo estejam incluídas todas as receitas vinculadas à previdência;
- como decorrência de o governo federal não gerar “*demonstrativos financeiros e contábeis específicos do orçamento da seguridade social*”, não é revelado o fato de que um expressivo excedente de recursos produzidos pelo sistema é desviado para o orçamento fiscal e empregado em outras despesas, inclusive juros e amortização da dívida pública, “*em proporções superiores aos limites permitidos pela desvinculação das receitas da União*” (DRU);
- o excedente de recursos elevou-se de R\$4,3 bilhões em 1995, para R\$58,1 bilhões, em 2005;
- mesmo em fase de reduzido crescimento econômico ocorreu uma grande capacidade de geração de receitas e baixa aplicação de recursos na seguridade social;
- uma parte considerável de recursos é desviada, sendo empregada no orçamento fiscal (Haddad, 2017).

Financia despesas, inclusive juros e amortização da dívida pública, destina-se ao pagamento de aposentadorias e pensões do regime próprio dos servidores públicos, que é atribuição do Tesouro Nacional e não do INSS. E, por fim e mais grave, uma parte dos recursos da segurida-

de social não recebe nenhum tipo de aplicação que possa ser constatada através dos relatórios de execução orçamentária, ou seja, é ‘esterilizada’ pelo Tesouro Nacional (Gentil, 2006, p. 231).

Enfim, no cenário marcado pela prática neoliberal, os recursos que deveriam ser empregados na previdência, na saúde e assistência social são desviados para a acumulação financeira. Favorecido pela política econômica de juros altos e a ideologia da quebra da previdência, o setor financeiro defende “a política fiscal restritiva, que reduz as despesas correntes do governo federal, entre elas os gastos com a seguridade (com alvo na previdência), reservando grande parte dos recursos orçamentários para a acumulação financeira” (Gentil, 2006, p. 234).

Em 6 de outubro de 2016, outra contribuição importante foi veiculada: “O falso déficit previdenciário”. O autor do artigo, Ricardo Patah, é Presidente Nacional da União Geral dos Trabalhadores/UGT. Segundo ele, “os trabalhadores não são responsáveis pelos desacertos da Previdência Social. Não podem pagar a conta, portanto, como quer o governo” (Patah, 2016, p. 3). Cobra do governo o orçamento de seguridade social, como previsto na Constituição. Refere-se, também, ao fato de, nos estados brasileiros onde a média de vida é menor, é possível que grande parcela da população não chegue a se aposentar. Além disso, a inserção dos brasileiros no mercado de trabalho ocorre muito cedo, diferentemente dos países que investem na educação. A Previdência Social, assim como outras instituições, é “*mal administrada*”. “Dizem que é deficitária, mas não é verdade. Os números da seguridade são positivos. Acumularam, de 2007 a 2015, um saldo de R\$439,503 bilhões” (Patah, 2016, p. 3). Afirma, ainda, que o saldo seria muito maior se consideradas as desonerações e renúncias fiscais. Conforme divulgado pela Receita Federal, em 2016, ocorrerá R\$143,182 bilhões de desonerações do orçamento da seguridade social, “dinheiro que não entrará nos cofres da Previdência”. E acrescenta: “A Constituição de 1988 determina que a receita e as despesas da seguridade social devem formar um orçamento próprio, separado, portanto, do orçamento fiscal do governo. Como a lei não é obedecida, embar-

lha-se tudo. Fica fácil montar uma gigantesca farsa contábil” (Patah, 2016, p. 3).

Sob o jugo do capitalismo, imperam os interesses da classe dominante. Somente a concretização de um projeto revolucionário poderá romper as algemas capital-trabalho, levando à superação do capitalismo.

São Paulo, 30 de novembro de 2016

*Eneida G. de Macedo Haddad*

## Referências

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

BRAGA, J. C. de S.; PAULA, S. G. de. *Saúde e Previdência: estudos de política social*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

\_\_\_\_\_. O caipira e sua cultura. In: FERNANDES, Florestan. *Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil*. 2 ed. São Paulo: nacional, 1975.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FERNANDES, Florestan. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

GENTIL, Denise Lobato. Em tese de doutorado, a pesquisadora denuncia a farsa da crise da Previdência Social no Brasil forjada pelo governo com apoio da imprensa. Entrevista por Coryntho Baldez. In: *Revista IHU ON-LINE*. Financeirização, Crise Sistêmica e Políticas Públicas, Revista do Instituto Humanitas UNISINOS. 13 de janeiro de 2016.

GENTIL, Denise Lobato. *A política fiscal e a falsa crise da seguridade social brasileira — Análise financeira do período 1990-2005*. Tese (doutoramento) — Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. *A ideologia da velhice*. São Paulo: Cortez, 1986.

\_\_\_\_\_. *O direito à velhice: os aposentados e a previdência social*. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. O contexto neoliberal e suas refrações na questão do envelhecimento. In: TEIXEIRA, Solange Maria (Org.). *Envelhecimento na sociabilidade do capital*. Campinas: Papel Social, 2017. (No prelo)

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. *Critique de la vie quotidienne I*. Introduction. Paris: L'Arche Editeur, 1958.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

MIGUEL, Luis Felipe. *Transição à ditadura*. Artigo baseado na intervenção feita na mesa-redonda “Conjuntura política”, em outubro de 2016, durante o 40º Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais — Anpocs. Publicado no blog da Boitempo, 28 de out. de 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo e. *Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital*. São Paulo: Cortez, 2014.

PATAH, Ricardo. O falso déficit previdenciário. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 6 de outubro de 2016.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. PEC 241 é gatilho para a reforma da previdência. In: SINPRO NOTÍCIAS, 10 out. 2016. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/artigos/26365-pec-2421-e-gatilho-para-reforma-da-previdencia>. Acesso em: 10 out. 2016.

TEIXEIRA, Solange Maria. *Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.



## APRESENTAÇÃO

## A velhice dos velhos

Os padrões culturais, que dimensionam idades e fornecem critérios à sociedade para legalizar faixas etárias e operar com elas, constituem questões de grande interesse para os cientistas sociais. Foi o que se deu, como exemplo, com a evidência assumida pelas questões provocadas pela juventude nos anos 1960.

A infância, por seu lado, tem merecido a maior atenção desses especialistas a ela voltados, seja por causa da educação escolar, seja em razão de saúde e programas de vacinação, seja pelo que possa estar no bojo abrangente das estatísticas.

E a velhice? Esta é familiar aos estudiosos de sociologia e, particularmente, de antropologia, que investigam sociedades — tribais e rurais —, em que a validade da tradição e da experiência de vida, que a idade proporciona, ainda não foi substituída pelo valor de especializações inovadoras.

Acontece, contudo, que se as sociedades atuais tendem a ser antes urbanas que rurais, nelas a proporção dos mais velhos tende também a crescer. E cresce, embora aí até as mais fundamentais condições de vida, como o morar e o locomover-se, se tornem adversas aos mais idosos, e levem estes a se verem transformados em empecilhos aos compromissos e desempenhos ocupacionais de jovens e adultos de

sua própria família. É o que vem ocorrendo no Brasil, país em que a Previdência é uma quimera e a situação de aposentado pode resultar numa cruel condenação a vicissitudes.

Eneida Gonçalves de Macedo Haddad investiu anos de estudos na questão da velhice no Brasil. Ao fazê-lo, ela combinou, com rara habilidade, o rigor de cientista social e o calor do ser humano interessado em seu semelhante. O resultado dessas investigações assegurou-lhe o mestrado num programa de Antropologia Social da Universidade de São Paulo e sai agora em livro.

O alvo do trabalho não é caracterizar e descrever a velhice, enquanto tal. Por sinal que essa conceituação ainda se revela um tanto aproximativa. O que ela estudou foi a *Ideologia da Velhice*, conforme o título do livro; a construção de um segmento populacional, enquanto faixa etária, de acordo com duas ordens de discursos competentes: o da ciência e o do Estado. Aquele primeiro formulado pela geriatria, que se dedica a estudar o velho, e pela gerontologia, que estuda o envelhecimento em seus “aspectos biológicos, psicológicos, sociais e econômicos”. O discurso do Estado se expressa por “leis, decretos, portarias etc.”, em que a preocupação com o idoso, por via da Previdência Social, se acentua a partir dos anos 1960.

A análise da autora explicita intenções e objetivos apreendidos por ela nessas duas ordens de discurso. As duas ciências médicas da velhice têm grande interesse em traçar com clareza o perfil do idoso, programando-lhe o modo de ser — da resistência e harmonia do físico, ao equilíbrio e eficiência mental, com os temperos humorais pretendidos. Ao mesmo tempo que elas prescrevem como e para que envelhecer, também se equipam para programar e executar programas adequados aos alvos que estabelecem. Já o Estado especifica direitos e prerrogativas, calibrando as concessões legais. A marcha de implantação dessas medidas legais percorre diversas etapas e se caracteriza pela sinuosidade das alterações e especificações de cada dado do problema.

O percurso dessas duas ordens de ordenação no Brasil, a científica — da medicina —, e a política — do Estado —, por vezes se

harmoniza. É o que se dá quando este encontra naquela subsídios indicativos com que definir prerrogativas do velho e com os quais prescrever-lhe os limites; e esta recolhe da atenção do Estado para com a velhice um aliado a seu esforço em investigá-la e aprofundar seu saber a respeito. Mas os atritos não são impossíveis e nem sempre muito velados; seja porque ciência e Estado não encontrem reciprocidade de apoios e colaborações na medida do esperado; seja porque essas instituições se considerem respectivamente as mais legítimas responsáveis pelo velho e as mais capazes de exercer essa tutela, o que as leva à disputa para definir qual delas tem primazia e a qual compete o papel de colaboração no trato com os problemas da velhice. Nessa disputa elas se articulam a entidades, tendências e disposições de âmbito internacional, com o difícil e nem sempre bem resolvido compromisso de adequar o que se faz lá fora com as peculiaridades nacionais, aqui de dentro.

Tais dados permitem à autora mostrar quanto o velho vai sendo subordinado às ciências médicas, que o conceituam e dimensionam; e pelo Estado, que o conforma às leis — tudo isso sem que o velho possa ser o sujeito das próprias condições a que deve ser reduzido, ainda que, sem dispor de recursos, o idoso tenha experiência e lucidez para almejar. Mas isso é o que ocorre com os idosos que caem nas malhas dos dispositivos institucionais que os devem proteger e guiar. E como fica a situação daqueles outros idosos — ainda em bom estado de saúde física e mental, com bom nível de instrução e dispondo de recursos de sustentação em alto nível? Será que o velho, nesta ou naquela outra situação, não teria o que dizer a respeito de sua própria situação e em favor de seu próprio atendimento?

Indagações como estas, que o trabalho de Eneida Gonçalves de Macedo Haddad tem o mérito de suscitar, constituem outros tantos desafios a essa estudiosa competente e empenhada, de quem já se pode esperar novas e conseqüentes contribuições. Esperemos.

São Paulo, 21 de março de 1986

*Teófilo de Queiroz Jr.*



## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objeto de estudo a ideologia da velhice. Procura conhecer a produção do sistema de representações — ideias, noções, valores, normas etc. — criado sobre a etapa final da vida humana, através da compreensão de três ordens de discursos: o discurso produzido pelas especialidades autorizadas — a gerontologia e a geriatria; o discurso do Estado brasileiro no que se refere à assistência aos idosos; e, finalmente, o discurso que embasa os denominados “programas” criados pelo Serviço Social do Comércio (SESC) com o objetivo de educar os indivíduos para a velhice.

### 1. Um relato pessoal

Meus ascendentes paternos e maternos, muito pobres, viveram com muita dificuldade. A história de vida dos velhos da minha família, seu cotidiano, forma de vida e fim de trajeto em nada se assemelham às receitas prescritas pelos atuais programas educativos para idosos. Minha avó materna, filha de ricos proprietários de terra, ao ficar viúva com oito filhos menores foi “perdendo” suas propriedades, restando-lhe duas casas. A melhor das casas alugara para a Delegacia de Polícia local. Passou a trabalhar para fora vendendo o que sabia fazer: doces, “quitandas” e crochês. Chorou a vida inteira a sua viuvez, aos 32 anos. Morreu aos 64 anos. Para ela, a vida foi dura. Quando já velha, ainda

trabalhava nos crochês, vivendo um pouco com cada filho e, nos últimos anos, com a filha mais nova. Não podia manter uma casa. Por outro lado, a vida da minha avó paterna — italiana, de Veneza — sempre me pareceu mais difícil. Viúva com cinco filhos — três a menos que a avó Mariana —, encontrou nas atividades de lavar e passar roupa para as famílias de posse do bairro da Penha de França a única forma de garantir a comida dos filhos. Não pagava aluguel, pois possuía uma casa, herança do pai. Mas a alimentação era difícil de ser conseguida. Minha avó materna, vivendo em Patrocínio Paulista onde cunhados e irmãos eram proprietários de terra, sempre dispusera de tudo que a natureza dava, enquanto a avó italiana — Narcisa — só contava com o dinheiro da prestação de serviços. Trabalhou muito. A técnica de lavar roupa era penosa. Depois de ensaboada e esfregada, a roupa era colocada para quasar. E precisava ficar cuidando, molhando para que não queimasse. As peças mais sujas e resistentes eram fervidas no fogão à lenha, mais tarde substituído pelo fogão a carvão. As roupas brancas, depois de enxaguadas, eram passadas no anil.

À medida que as crianças cresciam, a avó Narcisa colocava-as para trabalhar. O “dinheiro era pouco, mas sempre deu”, ela fazia questão de frisar. Quando ficavam mocinhos, os filhos iam estudar na única escola particular que havia no bairro, de propriedade do professor José Pedro Ferreira, que mantinha estreitas relações de amizade com a minha família. Havia sido aluno do meu tataravô paterno, Floriano Gonçalves de Macedo, que vinha a cavalo do bairro do Macedo, município de Guarulhos, dar aulas na Penha de França. A avó Narcisa achava que o 4º ano primário era muito pouco. Ambicionava mais para os filhos. A escola do professor José Pedro, além de ter fama de ensinar, apresentava outra vantagem: funcionava também à noite. Assim, durante muitos anos ela lavou, passou e engomou as roupas de toda a família do proprietário da escola em troca de aulas para os filhos.

O corpo da minha avó denunciava o peso do trabalho no tanque. Encurvou-se cedo, a pele era muito enrugada, as mãos judiadas. Nunca demonstrou vaidade. O excesso de trabalho não lhe permitia

preocupar-se consigo. Faleceu aos 81 anos, lúcida e sofrida com a morte de um dos seus filhos.

Viveu, até o fim, com uma magra aposentadoria que passara a receber com a morte do seu segundo marido. Casara-se novamente, segundo explicava, com um homem que, “além de muito bom”, tinha na época “emprego garantido”: era funcionário dos Correios e Telégrafos de São Paulo. Mas a vida em comum durou pouco tempo. O marido ficou doente e passou no hospital os últimos dez anos de sua vida. A avó Narcisa ia visitá-lo sempre, aos domingos — único dia em que era permitida a visita —, levando-lhe aquilo que gostava de comer.

Vó Cisa conversava muito; sua casa era frequentada por amigos e parentes. À noite o bate-papo ia até tarde, quando ela contava muitos casos. De memória prodigiosa, relembra fatos da Primeira Guerra Mundial, das revoluções de 1924, 1930 e 1932, da Segunda Guerra Mundial, e de tantos outros eventos que se fixaram em sua memória, como a atuação dos anarquistas no início do século e a perseguição que lhes fora movida. Rememorava, também, sua infância, a dos filhos, e a vida provinciana de São Paulo daquela época, principalmente a do bairro da Penha, para onde veio aos quatro anos.

Vivia sempre nos aconselhando sobre as coisas mais variadas. Às vezes, um ou outro oferecia resistência aos seus ensinamentos, mas ela jamais desistia. Quando já bem idosa, quase cega, pouco antes de falecer, explicava-me como deveria fazer a sopa dos meus filhos, proceder para que eles não se machucassem, dividir o dinheiro para que desse para tudo etc.

Durante muitos anos, a feira livre de domingo aconteceu em sua rua e ela gostava de ficar na porta apreciando o movimento. Amiga dos feirantes que vendiam no trecho, costumava abrigar os biscateiros sem licença que, avisados da chegada do fiscal, enrolavam apressadamente suas mercadorias, geralmente num pano, e corriam para o corredor da casa da “avó”. Água e limonada não faltavam para servir ao “pessoal da feira”.

Era muito conhecida e respeitada no bairro. De inteligência lúcida e memória invejável, foi procurada até perto de sua morte para

ajudar a localizar no tempo alguns fatos que haviam se perdido. Filhos de amigos da mocidade recorriam à sua memória para saber, por exemplo, a data de casamento ou morte dos pais para a procura de documentos na Cúria Metropolitana de São Paulo. Também os párocos da Igreja da Penha recorreram muitas vezes a ela para localizar no tempo algum evento perdido.

Esta foi a avó com quem mais convivi. Sempre atuante, acompanhou com muito interesse meu curso de ciências sociais no qual, lentamente, fui compreendendo a questão da desigualdade social e, por extensão, aprendendo a desvendar o segredo da dominação.

## 2. Quando os velhos se transformam em objeto do saber

Parti do pressuposto de que a problemática social da velhice no interior do modo capitalista de produção — entendendo-se que este é, ao mesmo tempo, modo capitalista de pensar (Martins, 1980) — não pode ser estudada como questão à parte. Compreendo que a ideologia da velhice é elemento fundamental à reprodução das relações capitalistas. Na medida em que a produção das relações capitalistas implica a reprodução de ideias, valores, princípios e doutrinas, o conjunto de representações sobre a etapa final da vida humana é organizado segundo as determinações básicas do modo capitalista de produção. As sociedades capitalistas, transformando as pessoas em mercadorias, condenam o trabalhador à degradação durante toda a trajetória de sua vida. Paradoxalmente, são crescentes as propostas de reparos para a tragédia dos velhos que vêm, na realidade, escamotear a problemática da exploração da mão de obra. A ideologia da velhice é, pois, entendida como parte essencial do funcionamento das sociedades capitalistas, cuja contradição principal é a sua divisão em classes sociais.

Entretanto, esta pesquisa se refere à análise da ideologia da velhice tal como ela se propaga numa sociedade capitalista determinada — a sociedade brasileira —, não confrontada com outras da mesma formação social ou de formações sociais diferentes.

Mas, tratando-se de um estudo compreensivo, todas as referências ao modo de produção, luta de classes, alienação e outras categorias próprias das sociedades capitalistas encontram razão de ser na análise do objeto de estudo em questão.

As propostas para a melhoria das condições de vida dos velhos, enquanto integrantes da ideologia da velhice, amparam-se na ideia de que, sendo crescente o aumento de idosos, é preciso lutar no sentido de beneficiar essa parte esquecida da sociedade.

Consultando-se os dados do IBGE, pode-se constatar que, no Brasil, nas últimas duas décadas tem sido, de fato, acelerado o processo de crescimento da população considerada idosa.

Ano	População total	População de 60 a 64 anos		População de 65 a 69 anos		População de 70 anos ou +	
		N	%	N	%	N	%
1960	70.191.370	1.402.962	2,00	787.676	1,12	1.140.358	1,62
1970	93.139.037	1.791.127	1,92	1.216.510	1,31	1.708.571	1,83
1980	119.002.706	2.445.585	2,06	2.028.926	1,70	2.741.506	2,30

Esse crescimento fica mais evidente na tabela seguinte, na qual se tem o total de habitantes no país e o total de habitantes com 60 anos ou mais.

Ano	População total	População com 60 anos ou mais	
		N	%
1960	70.191.370	3.330.996	4,75
1970	93.139.037	4.716.208	5,06
1980	119.002.706	7.216.017	6,06

Em 1960, 1970 e 1980 são encontrados os percentuais de 4,75%, 5,06% e 6,06% de idosos, respectivamente, em relação à população

total do país. O percentual de 1970, comparado com o de 1960, mostra um incremento de 0,31 e o percentual de 1980, comparado com o de 1970, demonstra um incremento de 1,00. Estes incrementos representam um aumento de 41,59% e de 53,00% nos totais de idosos, respectivamente, enquanto a população geral, nesses mesmos períodos, aumentou 32,69% e 27,77%, respectivamente.

Crescendo numericamente,  
os velhos se tornam objeto de estudo.  
As propostas aparecem  
pela boca da “ciência”, do Estado, dos meios de comunicação...  
Enquanto isso a história não se altera.  
Não mudando a história do trabalhador,  
Não muda a história do menino,  
Não muda a história do velho,  
Não muda a história do homem.

O aumento da população de pessoas idosas poderia sugerir a sua associação com o aumento da esperança média de vida da população brasileira, indicador social da melhoria da qualidade de vida e de bem-estar social. Entretanto, mesmo aqui é preciso fazer ponderações. Por um lado, ainda que se tenha elevado a esperança média de vida, isso não significa que tenham melhorado as condições objetivas de vida da classe trabalhadora. Por outro lado, o crescimento demográfico desses segmentos populacionais coloca em evidência uma outra questão: o aparecimento da população como objeto de adestramento político e moral, matriz da produção de ideologias, inclusive as de natureza médica.

### 3. Esclarecimentos de ordem teórica

Neste estudo está sendo trabalhado particularmente o conjunto de representações sobre a velhice presentes no discurso produzido pela

gerontologia social, pelo Estado brasileiro e pelo SESC, entendidas como ideias, noções, valores, normas etc. que ocultam a realidade vivida pelos homens no interior da nossa sociedade, ocultando, enquanto prática da dominação e da mistificação, que a velhice é produto da existência objetiva dos homens. Essas representações, expressão dos interesses da classe dominante, integrantes, portanto, da cultura dominante, são compreendidas como um conjunto de categorias que buscam comandar na prática a percepção e a manipulação mais imediata da realidade, isto é, são entendidas como um conjunto de categorias que se constituem num modelo que visa a um alvo privilegiado: a atualização do comportamento dos homens na e com relação à “terceira idade”. Nesse sentido, o conjunto de representações sobre a velhice presentes no discurso da gerontologia, do Estado e do SESC — enquanto ideias, noções, valores, normas etc. falseadoras da realidade que, amparando-se no mito da neutralidade política, fazem a apologia do mundo burguês — é integrante da ideologia da velhice, entendida como ilusão. A gênese da ideologia enquanto ilusão, enquanto falsa consciência

se dá sob o signo de uma dupla divisão: a divisão social do trabalho e a divisão da sociedade em classes. A separação entre trabalho manual e trabalho intelectual origina a ilusão da autonomia do pensamento; a separação entre classes dominantes e classes dominadas cria as condições para a subordinação do pensamento aos interesses da classe dominante. Desta maneira, o pensamento passa a exercer também uma função de dominação, na medida em que, pelo poder do pensamento, pela lógica da argumentação, procura-se justificar a necessidade da aceitação de certas ideias e certos valores que, por serem universais, devem se impor à sociedade como um todo: *a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante* (Bruni, 1980, p. 4).

Mas é preciso deixar claro — reportando-me a Marx — que é no nível da ideologia que os homens se tornam conscientes. Não se pode compreender a ideologia apenas como falsa consciência, na medida em que ela se torna o modo como os dominados veem o mundo e se relacionam com ele. Portanto, a ideologia deve também ser entendida como visão de mundo, um conjunto de ideias que fazem frente à

ideologia dominante. Se pensarmos a ideologia apenas como falsa consciência, negaremos a possibilidade da passagem da inautenticidade à autenticidade através do processo histórico desencadeado pela classe trabalhadora, negaremos a existência da ciência a serviço da transformação social.<sup>12</sup>

José Carlos Bruni, em seu trabalho *Ideologia e cultura*, explica que

na medida em que as convicções do dominado demonstram possuir uma certa solidez, a própria questão da dominação deve ser redefinida. Contrariamente à ideia de um poder ilimitado e absoluto da dominação, (...) dá-se conta da dialética da dominação das formas de resistência à imposição, da reelaboração de mensagens ideológicas da classe dominante. (...) Assim, em lugar de concebermos o dominado como o lugar da destruição do seu próprio saber, dos seus próprios códigos, da sua própria racionalidade, por obra da dominação, conceberíamos o dominado como o lugar da criação de um novo saber, de uma nova racionalidade. (...)

Ao centrarmos a atenção no dominado outra consequência se impõe: ele passa a ser considerado como objeto de investigação e reconhecido como sujeito de conhecimento, dotado de um saber sobre sua própria situação, deixa de ser objeto do discurso iluminado que vem mostrar sua ilusão (Bruni, 1980, p. 16-7).

Como ficaria então o objeto de estudo deste trabalho? Por que não privilegiei o discurso dos dominados, limitando-me ao conhecimento das representações sobre a velhice presentes no discurso da gerontologia-geriatria, do Estado e do SESC? É preciso fazer certas ponderações.

Meu objetivo inicial era trabalhar também o conjunto de representações sobre a velhice formulada pelos dominados, pois assim

---

12. Entendo que “a destruição da pseudoconcreticidade como método dialético-crítico, graças a qual o pensamento dissolve as criações fetichizadas do mundo reificado e ideal, para alcançar a sua realidade, é apenas o outro lado da dialética, como *método revolucionário da transformação da realidade. Para que o mundo possa ser explicado ‘criticamente’, cumpre que a explicação do mundo se coloque no terreno da práxis revolucionária*” (Kosik, 1976, p. 18; grifos meus).

seria possível conhecer o seu saber e a sua resistência em relação aos padrões de velhice impostos pelos “ideólogos” a serviço da classe dominante. Mas fui levada a restringir o objeto de pesquisa. Optei então pela análise da ideologia da velhice produzida em função dos interesses da classe dominante, buscando evidenciar os esquemas abstratos da realidade que fundamentam as abstratas representações sobre a velhice e deixar claro que somente partindo da atividade objetiva do homem histórico é que se consegue explicitar os fenômenos culturais. Optar pelo discurso dos dominados, desconhecendo as representações veiculadas pela “ação pedagógica” dos especialistas em assuntos da velhice, não seria possível, já que a “resistência” só é apreendida na medida em que se apreende a própria dominação. A dialética inerente ao fenômeno impediria que procedesse de forma diferente. E, embora o discurso do dominado não constitua objeto deste estudo, busca-se evidenciar que

os elementos materiais de uma subversão total são, de um lado, as forças produtivas existentes e, de outro, a formação de uma massa revolucionária que se revolte, não só contra as condições particulares da sociedade existente até então, mas também contra a própria “produção da vida” vigente, contra a “atividade total” sobre a qual se baseia (Marx e Engels, 1984, p. 57).

Esta opção, no entanto, requer que o ponto de vista crítico que busca deslindar os fundamentos da ideologia da velhice tenha por parâmetro a história e, por conseguinte, os seus sujeitos privilegiados: aqueles que, sendo objeto da ideologia, a desnudam em suas contradições com seu movimento transformador.

Entendo que a ideologia médica sobre a velhice fundamenta e fortalece a ideologia sobre a velhice produzida pelo Estado brasileiro, da mesma forma que embasa a ação do SESC, o qual, por sua vez, também se inspira na produção dita científica de portadores de conhecimentos e propostas a-históricas no campo da psicologia, da pedagogia, da sociologia etc., e das experiências com idosos de outras organizações sociais capitalistas.

Entendo igualmente que a ideologia médica sobre a velhice constitui uma unidade de contrários na medida em que, no seu interior, identificam-se as contradições que a tornam a um só tempo ilusão e visão de mundo.

Todas essas instâncias — a gerontologia-geriatria, o Estado, o SESC e as ciências humanas a-históricas — produzem e reproduzem as representações sobre a velhice alicerçadas nas águas turvas da pseudoconcreticidade.

Limitei-me à análise do discurso produzido pela gerontologia-geriatria, consideradas como as ciências autorizadas a falar sobre a velhice e que se propõem a exercer o monopólio desse saber; ao discurso do Estado que, enquanto representante dos interesses dominantes, busca harmonizar mais uma das contradições da sociedade de classes — a tragédia do trabalhador no fim da vida —, amparando-se no saber científico que, por sua vez, universalizando a velhice, prescreve normas para serem seguidas pelos idosos em geral e, finalmente, ao produzido pelo SESC, por ser uma instituição a serviço do empresariado comercial brasileiro que, por meio dos seus projetos, assume a proposta de tutelar a velhice.

Embora, como já foi explicitado, não se trate de um estudo comparativo, recorri ao discurso da gerontóloga Claudine Attias-Donfut, pela influência direta que tem exercido nos programas do SESC, devido à longa experiência que vem acumulando como participante dos projetos para idosos desenvolvidos na França. Assim, para evidenciar as ligações da ideóloga da velhice com essa instituição (SESC), sua fala aparece no terceiro capítulo e não no primeiro, como seria de se esperar.

Os capítulos estão divididos em função da justificativa feita: o primeiro capítulo refere-se à análise do discurso da gerontologia-geriatria; o segundo à do Estado brasileiro; e o terceiro discorre sobre a ideologia que fundamenta a ação do SESC no que se refere à velhice.

As fontes de informação foram os discursos produzidos pelas instâncias que constituem o objeto deste estudo publicados em revistas especializadas, periódicos, livros etc., mencionados na bibliografia geral.

O recurso ao material de imprensa decorreu do interesse em conhecer a imagem da velhice difundida por esse meio de comunicação. Utilizei, também, o depoimento de um técnico em velhice do SESC que, por meio de entrevista não dirigida, forneceu-me dados fundamentais sobre os programas desenvolvidos por essa entidade.

Embora consciente da sobrecarga de citações presentes neste trabalho, temi que os cortes colocassem em risco a validade das conclusões.

O percurso adotado, pelo seu próprio movimento intelectual, não se esgota neste estudo; ele aponta necessariamente para o desvendamento da cultura da velhice, esse terreno onde as desigualdades, nascidas das condições objetivas de vida em nossa sociedade, não são negadas, mas reatualizadas no momento historicamente privilegiado de um ciclo da existência social.

Este trabalho é uma versão parcial do estudo originariamente apresentado como dissertação de mestrado em Antropologia Social ao Departamento de Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em dezembro de 1985. Deixo aqui registrados os agradecimentos ao meu orientador e amigo, professor Teófilo de Queiroz Júnior, pelas valiosas contribuições em todas as fases da pesquisa, e à banca examinadora, professores Evaldo Amaro Vieira e Maria Lúcia Montes, pelas sugestões apresentadas.

Minha gratidão a Sérgio França Adorno de Abreu e Narciso João Rodrigues Júnior, pelo que representaram na trajetória deste trabalho, sempre dispostos a discutirem comigo as questões fundamentais.

Meu reconhecimento aos amigos e familiares pelo constante estímulo e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo apoio financeiro dispensado nos anos de 1983, 1984 e 1985.

Embora a ideologia sobre a velhice que embasa os projetos do SESC seja objeto de análise crítica neste estudo, quero deixar aqui meu agradecimento a esta instituição que cortesmente colocou à minha disposição seu acervo teórico sobre velhice, prestando-me grande colaboração nos momentos em que a ela recorri.



## CAPÍTULO 1

# O saber sobre a velhice: a “ciência” está com a palavra

O saber médico sobre a velhice tem sido difundido em nossa sociedade através dos meios de comunicação, das universidades, de sociedades científicas, de palestras, de obras publicadas, de sociedades beneficentes etc., estando presente também no discurso do Estado.

A literatura médica trata não somente do aspecto de caráter eminentemente biológico referente à velhice, mas também do seu aspecto de cunho marcadamente sociocultural: refere-se às questões relativas à patologia da velhice,<sup>1</sup> ao processo de envelhecimento<sup>2</sup> e, finalmente, ao aumento da duração da vida humana, evitando que a velhice, fenômeno fisiológico, se transforme em velhice-enfermidade.<sup>3</sup>

---

1. Objeto de estudo da geriatria, que se ocupa das doenças do velho, dividindo-se em geriatria preventiva, curativa e paliativa (cf. Ávila, 1978, p. 24).

2. Objeto de estudo da gerontologia, que se dedica aos aspectos biológicos, psicológicos, sociais e econômicos do envelhecimento. A gerontologia divide-se em gerontologia básica e gerontologia social (Ávila, 1978, p. 24).

3. Constituem-se nos dois objetivos básicos da geriatria e da gerontologia (Ávila, 1978, p. 24).

Gerontologia e geriatria caminham juntas em função de um mesmo objeto formal de estudo: os velhos.<sup>4</sup>

Embora o que nos interesse sejam, na realidade, as explicações e propostas gerontológicas referentes às relações sociais dos idosos e às dificuldades enfrentadas por eles nas suas relações com os outros,

---

4. Ao longo de nossas pesquisas encontramos inúmeras definições de gerontologia e geriatria. Transcrevemos algumas delas: “A gerontologia é a ciência que estuda o envelhecimento; a geriatria é a ciência médica que cuida das pessoas idosas; a primeira noção é médica e social, a segunda é unicamente médica e se aplica ao domínio da patologia” (Reboul, 1973); “A geriatria pode definir-se como o ramo da gerontologia e da medicina que trata da saúde das pessoas de idade avançada em todos os seus aspectos: preventivo, clínico, terapêutico, de reabilitação e de vigilância contínua” (OMS, 1974); “Geriatria é o ramo da medicina geral que cuida dos fatores clínicos, sociais, preventivos e de reabilitação importantes na manutenção da saúde e da independência da população idosa, bem como do tratamento de suas doenças e incapacidades” (Royal College of Physicians, 1976); “A gerontologia social estuda as mudanças que acompanham o processo de envelhecimento do ponto de vista psicológico, sociológico e psicossociológico, a natureza e as modalidades de adaptação do indivíduo em suas transformações e, enfim, a evolução da personalidade e da saúde mental num contexto social concreto. A gerontologia social estuda também o papel do ambiente, da cultura e das mudanças sociais no processo do envelhecimento, da mesma forma que as atitudes, o comportamento e as condições de vida das pessoas idosas” (Zay, 1977, apud Bullone, 1981, p. 3); “A geriatria é o ramo da medicina que se ocupa dos idosos saudáveis ou enfermos, que necessitam de cuidados preventivos de atenção clínica e terapêutica, de reabilitação e de apoio social. (...) A gerontologia estuda o idoso do ponto de vista científico, em todos os seus aspectos, físicos, biológicos, psíquicos e sociais, sendo responsável pelo atendimento global do paciente. Assim, a geriatria, que se ocupa do aspecto médico do idoso, pode ser considerada como parte da gerontologia” (Carvalho, 1984, p. 31); “Gerontologia é o conjunto das disciplinas que intervêm no mesmo campo, o campo da velhice. É uma noção que indica uma certa unidade — que é, mais desejada do que realizada — de disciplinas várias. E quais são essas disciplinas? A gerontologia experimental, ligada às ciências naturais, que estuda a célula, os órgãos e o organismo; a gerontologia médica que também é chamada de geriatria e que diz respeito às doenças da senescência, e a gerontologia social, que cobre várias disciplinas entre as quais já há uma cooperação. A gerontologia social é formada pela sociologia e pela psicologia, compreendendo entretanto outras disciplinas como a economia, a demografia, a geografia social, a antropologia, a psiquiatria social etc. Elas compreendem uma tentativa de interdisciplinaridade, isto é, de interpenetração das noções de uma disciplina com a outra, de trabalho de equipe, o que é diferente da pluridisciplinaridade, que é mais a justaposição dos resultados das várias disciplinas, o respeito mútuo das disciplinas, mas não a sua influência recíproca” (Donfut, 1979, p. 12).

Como se verifica, não existe uma unanimidade sobre a questão do próprio objeto de estudo da gerontologia e da geriatria. Embora de extrema importância para elucidar os fundamentos da ideologia presente no saber médico, não incluímos a análise dessa problemática entravada na própria gênese desse saber, por escapar ao objeto deste estudo.

acreditamos que algumas informações a respeito de aspectos biológicos do envelhecimento são pertinentes, na medida em que esses conhecimentos aparecem articulados com o conjunto de representações — ideias, noções, valores, normas etc. — sobre a velhice, formuladas pelos gerontólogos e geriatras.

## 1. A velhice: o que é, o que se diz, do que se trata

Para o Dr. Mahler, diretor-geral da Organização Mundial da Saúde,

O envelhecimento não é simplesmente um processo físico, mas um estado de ânimo, e hoje nós estamos sendo testemunhas do início de uma mudança revolucionária nesse estado de ânimo (...). A velhice é um período vulnerável. Os anciãos correm mais riscos que os de qualquer outra faixa etária, com exceção da infância (Mahler, 1982, p. 1).

A dra. Hana Hermanova, especialista em cuidados de saúde dos idosos de Copenhague, também da Organização Mundial de Saúde, explica que

os que estão envelhecendo são aqueles que, depois de terem passado por um período de crescimento e maturidade, entram numa fase que tem sido chamada pelos franceses de *troisième âge* ou terceira idade. Envelhecer é uma fase normal da vida humana e deve ser considerada como tal. (...) Nós sabemos que o envelhecimento é um processo individual com amplas variações e que os próprios idosos são um grupo heterogêneo. Para propósitos de elaboração de normas e legislação, utiliza-se uma definição cronológica que coloca o umbral da velhice nos 60. Tanto a prática quanto as pesquisas mostram que existe uma diferença marcante entre a faixa etária dos 60 ou mais, entre aqueles que têm menos de 75 e os que passam dos 75 (Hermanova, 1982, p. 3).

Oswaldo Fustinoni, membro titular da Academia Nacional de Medicina da Argentina, esclarece:

Contanto que levem uma vida normal, os seres humanos passam por uma série de três estágios desde o nascimento até a morte: o primeiro, época de progresso, desenvolvimento e evolução, é a juventude; o segundo, época da estabilização e equilíbrio, é a idade adulta e a maturidade; e o último é a época da regressão ou velhice.

O gerontologista francês Huet propôs, para o último estágio, a designação “terceira idade” e este termo ganhou logo aceitação geral.

Considera-se que a terceira idade tenha seu princípio cronológico na época comumente declarada em muitos sistemas legislativos de aposentadoria por emprego lucrativo, cuja faixa varia de 60 a 65 anos, mas, de fato, as mudanças características da terceira idade já começam a tornar-se evidentes mais cedo (Fustinoni, 1982, p. 18).

Marcos Smith Angulo, presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia<sup>5</sup> — seção São Paulo —, assim se pronuncia a respeito do assunto:

Não há unanimidade a respeito do conceito de velhice. Alguns autores afirmam que o envelhecimento inicia-se imediatamente após a fecundação, porque no organismo de um indivíduo inúmeras células envelhecem, morrem e são substituídas antes dele nascer. Tal afirmativa, porém, não contribui com qualquer valor prático na determinação dos parâmetros de um indivíduo idoso.

Outros autores, como, por exemplo, o professor Wanderley Nogueira da Silva, dizem que ainda hoje a velhice é somente discutida mas não definida. Diz este autor ser difícil estabelecer uma idade em que o homem deixa a maturidade e ingressa na velhice.

Frederico Alberto de Azevedo Gomes relata em seus trabalhos que, no estudo do envelhecimento fisiológico, notadamente dos rins, observamos

---

5. A Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia foi fundada em 1961, filiada à Associação Médica Brasileira.

que a partir dos 30 anos, em plena fase anabólica, muitos sinais que traduzem o início da senescência são exteriorizados.

A Organização Mundial de Saúde considera a idade de 65 anos, como limite inicial caracterizador da velhice. Essa assertiva, embora por demais simplista, é usada por todos os estatísticos que documentam a geriatria, estabelecendo um mero valor cronológico, o qual, na maioria das vezes, não corresponde à idade fisiológica.

Portanto, podemos concluir que são inúmeras as dificuldades para estabelecer o marco de início do envelhecimento, não só pelo fato de ser variável de indivíduo para indivíduo, mas também porque os primeiros sinais de envelhecimento são quase imperceptíveis.

Apesar de a pessoa idosa ter estatisticamente mais doenças e cicatrizes de doenças anteriores do que as pessoas mais jovens, velhice não é doença. Na verdade, a velhice, com suas características biológicas específicas, é um momento da vida como os outros, que pode ou não ter uma ou mais doenças associadas, mas isto não é necessário.

O envelhecimento imprime aos indivíduos alterações naturais cujo conhecimento é necessário para diferenciar-se o envelhecimento fisiológico do patológico (Angulo, 1979, p. 7).

Fica evidente a ausência de unanimidade sobre o que é ser velho: as posições a esse respeito são muitas, variando desde o ponto de vista segundo o qual o envelhecimento inicia-se imediatamente após a fecundação, até aquele que aponta o marco empírico da senectude em torno dos 65 anos. Merece destaque a afirmação de Jarbas José Ávila, da Associação Médica Brasileira e da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, que, discordando da definição meramente cronológica — a velhice começa aos 65 anos —, por considerá-la arbitrária e simplificada, assim se coloca:

O velho sadio não é psicológica nem fisiologicamente velho. O que caracteriza a velhice não é a quantidade dos anos vividos. Nem é o estado das artérias, como dizia Metchinikof. Nem é anormalidade endócrina, como queria Pende. O que caracteriza a velhice é a perda dos ideais da juventude, é a dessintonização com a mentalidade do seu tempo, é o desinteresse pelo cotidiano nacional e internacional, é o humor irritadiço, é a desconfiança no futuro, o desamor ao trabalho (Ávila, 1978, p. 25).

A tônica que domina na formulação é doutrinária. O que significam ideais da juventude, dessintonização com a mentalidade do seu tempo, desinteresse pelo cotidiano nacional e mundial, humor irritadiço, desconfiança no futuro e desamor ao trabalho? Apelando ao subjetivismo e ao idealismo, não se dá conta da produção social da velhice. Trata-se, inegavelmente, de uma afloração de tecido doutrinário de suma relevância ao nosso estudo, cujo significado ficará evidente mais adiante, quando identificarmos as normas propostas pela gerontologia social com a finalidade de melhorar a qualidade do fim da vida.

Os especialistas pronunciam-se, também, a respeito da diferença de envelhecimento entre homens e mulheres. Segundo o dr. José Scherman, médico endocrinologista do Instituto Estadual de Diabete e Endocrinologia e professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a mulher, embora viva mais que o homem, envelhece mais depressa:

Dentre todas as glândulas endócrinas, as gônadas femininas são as que mais sofrem sob o ponto de vista físico, de volume. Sabe-se que os ovários podem acusar uma redução gradativa, a partir da menopausa, de até 50% de seu normal, acentuando-se cada vez mais a partir do período de pré-senescência ou de pós-menopausa até entrar na etapa propriamente de senectude, cujo marco empírico é representado em torno dos 65 anos (Scherman, 1978, p. 10).

## 2. Uma população envelhecida, porém “iluminada”

Segundo os teóricos do assunto, dentre as funções da gerontologia-geriatria está a de prestar esclarecimentos e orientações ao geronto: ele precisa estar ciente das modificações fisiológicas pelas quais vai passar, precisa estar informado das suas possibilidades físicas e psíquicas. É preciso

mostrar-lhe que, na verdade, a velhice, com suas características biológicas, é um momento da vida semelhante aos outros; que o fato de

terem os gerontos sua reserva orgânica diminuída, reduzida e em declínio, velhice não é doença. Devemos convencer as pessoas idosas de que ainda são muito úteis, podendo, inclusive, produzir algo de interesse próprio e também dos grupos e da comunidade a que pertencem (Angulo, 1980, p. 17).

Assim, nos artigos, palestras, encontros de gerontólogos e geriatras estão presentes discursos a respeito das modificações fisiológicas que ocorrem à medida que os indivíduos envelhecem.

Devemos explicar-lhes que, com a idade, a pele, nas partes expostas, perde seu viço e se fragmenta; fica seca, sem elasticidade e começam a aparecer manchas pardacentas no dorso da mão. O poder de cicatrização se reduz drasticamente.

Com o correr dos anos, a capacidade do coração de aumentar o número e a força das batidas cardíacas, nos esforços, está diminuída; a aorta tem sua elasticidade reduzida e, portanto, o sangue corre mais rapidamente, acarretando, assim, um aumento da pressão arterial (PA) sistólica. Os pulmões diminuem de volume e perdem a elasticidade. A capacidade total respiratória é menor. Diminuem também o olfato, o paladar, a secreção salivar, as contrações de fome; a digestão torna-se lenta e difícil, a função gastrintestinal diminui para certos alimentos e determinados medicamentos. A secreção da bile é limitada e, portanto, a digestão das gorduras torna-se incompleta e surgem as fermentações intestinais. Há também um déficit de vitamina A e complexo B, cálcio, ferro, fósforo, magnésio e potássio.

O rim do geronto é pequeno; há um decréscimo do número de néfrons, da filtração glomerular e da função tubular, passando então o idoso a eliminar uma maior quantidade de urina, de densidade mais baixa, permitindo a expulsão dos excretos, mas facilitando a desidratação. Ocorre diminuição das sensibilidades visuais, auditivas, gustativas, térmicas e dolorosas.

Embora na idade avançada a massa encefálica diminua de peso, pelo desaparecimento de células em todas as camadas do córtex (a perda dos neurônios começa aos 25 anos), é um fato atualmente bem estabelecido que o envelhecimento não leva a um declínio das faculdades intelectuais. Na realidade, certas faculdades intelectuais nada sofrem

com o envelhecimento e podem, mesmo, se desenvolver com o passar do tempo, como, por exemplo, o conjunto dos conhecimentos, o julgamento prático, a aptidão para dominar situações difíceis e o desembaraço verbal.

Todavia, outras se revelam mais sensíveis ao envelhecimento e “dependentes da idade”, como, por exemplo, a faculdade da memória e observação, a capacidade de concentração, a agilidade intelectual e a faculdade de associação (Angulo, 1980, p. 17-8).

Também o geriatra Ralph Berg se pronuncia a respeito da capacidade intelectual que, segundo ele, é mais aguda na velhice. Explica que

enquanto o indivíduo se mantém em atividade intelectual ele continua com capacidade de produzir. À medida que o indivíduo envelhece, sua capacidade intelectual torna-se mais aguda e mais seletiva. Esses indivíduos, que são personalidades notáveis nos seus respectivos ramos de atividade, ao longo da vida sempre tiveram uma grande produção intelectual. Na faixa compreendida entre os 20 e os 30 anos de idade, é comum a existência de um interesse amplo, isto é, por várias atividades. A partir dos 30, o indivíduo vai começando a selecionar os assuntos pelos quais se interessa. Aos 60 essa seleção aumenta e ele se dedica, conforme cada caso, a dois ou três assuntos e se torna um *craque* naquilo. O contrário ocorre com os que se aposentam, isto é, os que ficam inativos. Estes, praticamente, tornam-se uns mortos-vivos, ficam por aí pelas praças e outros lugares. Podemos constatar que todos os grandes estadistas são (ou foram) homens velhos, como, por exemplo, De Gaulle, Churchill, Ho Chi Min, Mao Tsé-tung. Noutros setores, podemos citar Bernard Shaw, Bertrand Russel, Picasso, Chaplin e Miró, este ainda em franca atividade. O intelectual idoso não diminui a sua atividade mental. O que diminui é a sua capacidade física. Evidentemente, quando há a intervenção de doenças orgânicas surgem dificuldades (Berg, 1979, p. 37).

Embora o geriatra afirme que na velhice a capacidade intelectual é mais aguda, na sociedade brasileira tal característica não é possível de ser encontrada em toda a população idosa. Ora, se o especialista

explica que “enquanto o indivíduo se mantém em atividade intelectual ele continua com a capacidade de produzir”, é contraditória a conclusão: “À medida que o indivíduo envelhece, sua capacidade intelectual torna-se mais aguda e mais seletiva”, pois, numa sociedade de classes, alicerçada na divisão social do trabalho, a poucos é reservado o privilégio do exercício de atividades intelectuais que lhes garanta, por extensão, esse privilégio na velhice. Generalizar para a velhice o que pode ser vivido por apenas uma minoria de velhos é avançar o “sinal vermelho” do semáforo da ciência. Não levando em conta as condições objetivas de trabalho na sociedade capitalista, suas representações fazem parte do mundo da pseudoconcreticidade.<sup>6</sup>

A aposentadoria é apontada como a causa da “inatividade”, do que se depreende que, para o autor, a “capacidade intelectual” depende do lugar que o indivíduo ocupa no processo produtivo. É, inclusive, em tom acusador e preconceituoso que ele se refere aos que se aposentam: “Tornam-se uns mortos-vivos, ficam por aí pelas praças e outros lugares”. Trata-se, na realidade, de discurso tendencioso, de cunho marcadamente elitista: desconsiderando a produção social da velhice, imbuído da ideologia do trabalho, acaba enaltecendo os grandes estadistas, escritores e artistas. Silencia-se a respeito dos trabalhadores.

Os trabalhos geriátricos esclarecem, como já foi observado, acerca das alterações fisiológicas dos diversos sistemas do homem — pele, coração, artérias, rins, sistema nervoso central, sistema nervoso periférico, sistema digestivo, aparelho circulatório, sistema muscular, sistema esquelético, sistema imunológico, sistema reprodutor, órgãos dos sentidos, composição corpórea —, do envelhecimento celular, das alterações estruturais do envelhecimento — tecido conjuntivo, lípidos, carboidratos — etc. Prescrevem também a

---

6. “O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos” (Kosik, 1976, p. 11).

alimentação ideal na velhice sempre enfatizando que a moderação na comida é a melhor receita para uma velhice sadia e uma vida longa e que, pelo menos em parte, os fatores nutricionais demonstram papel importante no desenvolvimento da aterosclerose.

Paulo César Alfonso Ferreira, da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, chama a atenção para o fato de que, graças ao acúmulo de conhecimentos dos efeitos da idade nos sistemas biológicos e da elaboração de razoáveis hipóteses explicativas dessas alterações, impõe-se, cada vez mais nos últimos anos, a certeza de que é possível retardar o envelhecimento. E afirma:

Iniciou-se a era do estudo do processo de envelhecimento em laboratório, permitindo-se, além dos estudos sobre biologia, fisiologia e imunologia do envelhecimento, estudos sobre aspectos genéticos, envolvendo o envelhecimento ao nível celular e subcelular, também chamado envelhecimento intracelular e molecular, que em sua essência investiga a bioquímica do envelhecimento. (...) Os progressos da ciência e tecnologia têm mudado a probabilidade de morte nos indivíduos mais jovens, fazendo com que nas sociedades mais evoluídas os indivíduos tenham mais probabilidade de atingir a longevidade máxima eugênica, mas não ultrapassá-la. A essa maior chegada de indivíduos à longevidade máxima é que chamamos de Processo de Geriatriação (Ferreira, 1978, p. 10-1).

A Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia foi fundada há mais de duas décadas e realiza congressos nacionais e internacionais a cada três anos, além de jornadas de estudo. A V Jornada de Geriatria e Gerontologia,<sup>7</sup> promovida por essa entidade, realizada

---

7. Nossa preocupação em sintetizar algumas falas dessa “jornada” — reunidas por Branca T. Ferrari, cuja matéria foi publicada sob o título “Brasil discrimina seus velhos” — decorre do nosso próprio interesse em questão. Por que escolhemos a última jornada: e não as anteriores, ou mesmo os discursos proferidos nos congressos de geriatria e gerontologia? Ora, a preocupação fundamental destes Encontros tem sido sempre a mesma — difusão dos preceitos médicos a respeito dos problemas que envolvem a velhice, quer do ponto de vista físico, quer do ponto de vista social —, o que, de certa forma, facilitou o nosso trabalho e nos deu segurança para a escolha; o fato de a “jornada” ter ocorrido recentemente pesou bastante, uma vez que, não

em São Paulo em maio de 1984, contou com a presença de mais de seiscentos profissionais da área de saúde. Os geriatras e gerontólogos enfatizaram a necessária intervenção da ciência para enfrentar a terceira idade, uma vez que o Brasil vem apresentando uma população crescente de idosos; entretanto, as autoridades competentes não dão o devido apoio aos estudiosos em velhice. Os conferencistas destacaram, também, a importância de *esclarecimentos* cada vez maiores a fim de que os velhos saibam cuidar de si mesmos, mas, para tanto, precisam ter boa saúde. Ao lado de palestras sobre os aspectos que contribuem para o aparecimento de doenças na velhice — aumento do controle do peso, do colesterol e da pressão arterial, o tabagismo, ausência de exercícios físicos etc. —, a V Jornada de Geriatria e Gerontologia apontou as medidas que devem ser tomadas para melhorar a qualidade de vida dos idosos. Uma delas refere-se à *criação da Fundação Nacional do Idoso* que

teria atribuição de definir uma política de ação na área gerontológica com função executora apenas nas ações que possam ser conveniadas. Atenderia a todo e qualquer idoso, previdenciário ou não. E seus recursos poderiam provir de convênios, doações, loterias, incentivos fiscais e também do Fundo de Liquidez da Previdência Social (Ferrari, 1984, p. 24).

Outras, sugeridas pelo professor Gimenez Herrero, da Faculdade de Medicina de Santiago de Compostela, visam *diminuir as tensões e sobrecargas do meio ambiente*. Entre elas, destacou as mudanças urbanísticas, que teriam por objetivo oferecer espaço e condições de locomoção às pessoas velhas, mudanças que estão sendo discutidas na Europa.

Essas mudanças compreenderiam a implantação obrigatória de grandes áreas verdes; a criação de espaços para pedestres; a supressão de ruídos;

---

sendo o caso neste estudo trabalharmos os discursos de todos os Encontros promovidos pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, teremos possibilidade de conhecer o que está sendo proposto presentemente para a melhoria da qualidade de vida da população idosa.

o ordenamento do tráfego, ajustando-o a um ritmo de vida mais lento; a eliminação dos desníveis das ruas; a substituição de escadarias por rampas nos edifícios públicos e clínicas, e maior educação social ao cidadão para fazê-lo respeitar os idosos (Ferrari, 1984, p. 27).

Herrero considera importantes tais medidas mas enfatizou que

um excessivo protecionismo social e ambiental pode ser negativo ao idoso. Um certo grau de estresse (...) é benéfico para que o organismo exercite seus mecanismos de resposta e para manter algum grau de tono vital (Ferrari, 1984, p. 27).

Lembrou a importância do exercício físico e os benefícios propiciados pelos jogos da terceira idade,

porque ajudam a manter um certo narcisismo muito necessário nessa fase (Ferrari, 1984, p. 27).

Finalmente, foram amplamente discutidas as relações *família-idoso*. Segundo Oswaldo Gonçalves da Silva, da Gerência de Estudos do Lazer da Terceira Idade, do SESC de São Paulo,

o fulcro do problema se localiza nas características da família de hoje que, reproduzindo os mesmos mecanismos e processos da sociedade, não oferece condições para que seus membros mais velhos vivam integrados no seu seio (Ferrari, 1984, p. 27).

Na medida em que na sociedade industrial moderna o que importa é produzir, os idosos são esquecidos o tempo todo porque não interessa a essa sociedade investir em programas que não ofereçam retorno. O idoso, segundo ele, precisa se constituir no agente transformador dessa situação.

Os idosos precisam acreditar em suas forças. (...) Isso, sem desprezar a ajuda de aliados sinceros, como os especialistas, as instituições e até os políticos. Só que esses aliados não devem sair dos limites de meros auxiliares desse processo de conscientização. Isso levará o idoso a redescobrir sua verdadeira identidade, a assumir-se como pessoa, coisa imprescindível para a sua produtividade social. (...) Ouvimos às vezes que temos de lutar pelos idosos porque eles não têm braços. Eles têm braços, sim. A sociedade é que amarra seus braços através de uma ajuda meramente assistencialista. Em lugar de se lutar pelos idosos, devemos fazer com que eles próprios lutem para resolver seus problemas (Ferrari, 1984, p. 27).

Como vemos, a solução é esperada dos idosos, que poderão contar com o apoio de aliados sinceros, “como os especialistas, as instituições e até os políticos”. Mas são eles próprios, segundo o palestrante, que devem agir para resolver seus problemas, desconsiderando que “esses problemas” são criados pelas condições reais de existência social dos homens, sendo, pois, frutos das contradições da sociedade capitalista.

### 3. O receituário gerontológico

Passemos agora ao conhecimento e análise das principais propostas feitas pela gerontologia visando à melhoria da qualidade do fim da vida. Examinando o conteúdo de trabalhos publicados, observa-se que é colocada em questão, em regra geral, a relação idoso-família, ao mesmo tempo que são exaltados o trabalho — como a melhor terapia para o envelhecimento — e a educação para a velhice, ligada à aprendizagem da arte de saber envelhecer.

A gerontologia e a geriatria apresentam-se como as principais instâncias produtoras da ideologia da velhice. Aparecem como entidades autônomas, enquanto produtoras de um saber intelectual

elaborado pelos aparentemente autônomos pensadores da velhice.<sup>8</sup> O produto do trabalho dos teóricos da velhice — as “ideias autonomizadas” — busca nos fazer acreditar que a realidade vivida pelo homem no final de sua vida poderá ser alterada com a ação da “ciência”, das instituições sociais, do Estado e do próprio idoso. Tentaremos mostrar, portanto, por que a produção dos teóricos da velhice não passa de uma produção ideológica da ciência da burguesia e, enquanto tal, de um instrumento de dominação.

O lema da Sociedade Americana de Gerontologia é “acrescentar vida aos anos e não anos à vida”. A educação para a velhice ocupa lugar de destaque no conjunto de normas que a gerontologia social aponta como fundamentais para se buscar o envelhecimento sem velhice. Segundo o geriatra Mário Filizzola,

à medida que o indivíduo envelhece, vai se processando o esvaziamento do seu valor social e humano. É uma das sensações mais desagradáveis que existem, a ponto de a pessoa desejar a morte. A obsolescência humana é típica da civilização industrial e só tem solução com a educação do indivíduo que está envelhecendo para que não chegue a esse processo de esvaziamento (*Jornal da Semana*, 1º abr. 1979, p. 8).

No discurso do geriatra Jarbas José Ávila, a questão das escolas para idosos é assim colocada:

Os nossos velhos são um peso morto na sociedade, embora, na verdade, a maior parte deles podem ainda ser úteis e dinâmicos por muitos e muitos anos. Todos nós odiamos a velhice e em nenhum

---

8. “Se, na concepção do decurso da história, separarmos as ideias da classe dominante da própria classe dominante e se as concebermos como autônomas, se nos limitarmos a dizer que em uma época estas ou aquelas ideias dominaram, sem nos preocuparmos com as condições de produção e com os produtores destas ideias, se, portanto, ignorarmos os indivíduos e as circunstâncias mundiais que são a base destas ideias, então podemos afirmar, por exemplo, que, na época em que a aristocracia dominou, os conceitos de honra, fidelidade etc. dominaram, ao passo que na época da dominação da burguesia dominaram os conceitos de liberdade, igualdade etc.” (Marx e Engels, 1984, p. 73).

momento de nossa vida nos preparamos para o INEXORÁVEL ENVELHECIMENTO. Todos apoiamos escolas que ensinam os meninos a serem homens; quem contudo conhece escolas que ensinam os homens a serem velhos?

Compete às gerações mais jovens, não só se educarem para a velhice, como também facilitar aos velhos atuais os meios para que os últimos anos de suas vidas sejam úteis e felizes; somente assim nós poderemos utilizar as virtudes supremas da velhice: experiência e sabedoria (Ávila, 1978, p. 25).

Edison Rossi assim se expressa em relação à educação para a velhice:

o adulto deve ser ensinado para a velhice, assim como se procura ensinar a criança para a vida (na Europa e nos Estados Unidos há esforços públicos e privados, através de cursos e formação de grupos para atender a este requisito) (Rossi, 1981, p. 52).

A geriatria e a gerontologia, enquanto especialidades do saber médico preocupadas com a qualidade do fim da vida, colocam-se como autoridades para reivindicar projetos para e em nome dos idosos, ignorando as forças reais que explicam o processo de surgimento da problemática da velhice. Por que educar o indivíduo para a velhice? Por que educar os velhos, submetê-los a um processo de ressocialização? “Para garantir um fim de vida feliz”, “para acrescentar vida aos anos, e não anos à vida”, “para buscar o envelhecimento com decência e dignidade”, pois “saber envelhecer é uma arte”, respondem os especialistas.

As ligações da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) com organismos internacionais como a ONU e o Centro Internacional de Gerontologia Social (CIGS) vão além das proclamadas trocas de informações entre comunidades científicas: a hegemonia exercida por esses organismos está implícita nas declarações de geriatras e gerontólogos brasileiros e se expressa nas propostas feitas por eles.

A situação das pessoas idosas passou a despertar o interesse de diferentes áreas da sociedade brasileira há bem pouco tempo. Em 1976 uma série de seminários, especialmente programados pelo MPAS, foram significativos no propósito de despertar a consciência nacional para o assunto. (...) É imperiosa a ação governamental, estabelecendo diretrizes de bem-estar geral, acesso a serviços, ambientes e combate à discriminação de idade, de forma que as pessoas idosas se mantenham como participantes comuns do desenvolvimento — e jamais meros figurantes apenas da sociedade em que vivem e dentro da qual no melhor das suas energias tiveram papéis ativos. (...) Segundo a ONU, é imprescindível que seja promovido um trabalho amplo de orientação para o envelhecimento, caminho positivo na prevenção de muitos dos males que os indivíduos apresentam no estágio da velhice. (...) O Censo Nacional de 1980 apresentou 6,5% de idosos, isto é, 7.741.000 em meio a 119.099.000 de brasileiros. A estrutura socioeconômica e cultural, assim como a organização sanitária hoje funcionando, revelam-se inadequadas ante a presença de um tal contingente humano. Todavia, não foram ainda tomadas medidas hábeis para se iniciar um processo de mudança na atual situação. (...) Para a ONU, 7% de idosos representam preocupação.

Fato inconteste é a importância de se recuperar o tempo perdido por meio de um conjunto de atitudes que devem envolver, a um só tempo, organismos governamentais e não governamentais (Fernandes e Rossi, in Ballone, 1981, p. 23).

Como tão bem evidencia o documento, a preocupação da ONU é grande diante do crescimento do número de idosos, sendo que a “educação para a velhice” é uma das suas orientações. Continuando, os autores explicam:

Torna-se impostergável proporcionar orientação, assistência e cuidados para que o indivíduo que atravessa as etapas da infância à idade madura esteja alerta, prevenido. O Centro Internacional de Gerontologia Social sugere que as medidas de orientação contra aspectos negativos da velhice sejam adotadas com muita antecedência, na adolescência, na juventude, como ainda aos 50 anos ou na época da aposentadoria,

por meio de trabalho educativo, minimizando assim problemas de saúde física e mental que podem surgir no futuro do indivíduo. Segundo o CIGS, as providências de caráter preventivo não devem objetivar tanto a prolongação da vida como, principalmente, a melhoria da qualidade de vida quando se envelhece, preservando-se ao máximo a capacidade individual da autossuficiência. Preparar o envelhecimento é um cometimento talvez mais árduo que estabelecer condições favoráveis, voltadas exclusivamente para os últimos anos do homem. Será este, pois, um dos grandes desafios da sociedade, ainda neste século (Fernandes e Rossi, in Ballone, 1981, p. 22-3).

A aprendizagem da arte de saber envelhecer, a educação para a velhice, proposta pelo saber médico, fazendo parte do conjunto de representações sobre a velhice, projeções na consciência dos seus formuladores de condições históricas determinadas, é fruto da sistematização doutrinária, abstrata, da própria realidade. A velhice é considerada como independente das condições materiais de existência dos seus protagonistas, possuindo, portanto, suas representações, o caráter de pseudoconcreticidade: o conhecimento acriticamente reflexivo de que os seus produtores são portadores coloca em relação causal as representações fixadas sobre a velhice e as condições igualmente fixadas para sanar seus males. “É uma questão de educação”, afirmam os especialistas, “é preciso que os homens aprendam a ser velhos”. O mundo real que é ocultado, produtor da velhice trágica, é o mundo da práxis humana, determinação da existência humana como elaboração da realidade.<sup>9</sup>

“A educação para a velhice”, integrante das representações sobre a velhice, enquanto parte da cultura capitalista, é condição fundamental à reprodução das relações capitalistas.

O capitalismo, enquanto modo de produção internacional, encontra na produção intelectual a base da sua cultura material e espi-

---

9. O mundo real “é um mundo em que as coisas, as relações e os significados são considerados como *produtos* do homem social, e o próprio homem se revela como sujeito real do mundo social” (Kosik, 1976, p. 18).

ritual. Assim, as ligações da SBGG com a ONU e o CIGS, a unanimidade da proposta referente à “preparação para o envelhecimento” são expressões da ideologia burguesa, predominante no sistema capitalista internacional.

Propor a educação como uma alternativa para a solução da velhice trágica é ocultar a realidade histórico-social; é tomar como verdadeira “a ideia” de que a pedagogia da velhice encerra em si mesma uma saída para a “questão da velhice”, possibilitando aos homens condições para viverem, por meio do processo de ressocialização, da inculcação das normas geriátricas relativas à aprendizagem da arte de saber envelhecer, uma existência diferente daquela que é socialmente produzida. A velhice, enquanto determinada biologicamente, é esquecida. A apologia do “saber envelhecer” repousa em parâmetros diferentes: o social e a cultura. Verifica-se, portanto, uma contradição imanente ao discurso: enquanto a causalidade identificadora pelo saber médico é biológica, ligada ao individual, a superação dos obstáculos a uma velhice feliz vai buscar no social suas razões de ser.

É num contexto historicamente específico, caracterizado pelo aumento porcentual do número de idosos, que os velhos passam a ser objeto de preocupação crescente nas sociedades capitalistas. Numericamente representam uma ameaça: expandem-se as propostas para que sejam tutelados. Segundo Jacques Danzelot,

a partir do final do século XIX surgiu uma nova série de profissões: os assistentes sociais, os educadores especializados, os orientadores. Todas elas se reúnem em torno de uma bandeira comum: o trabalho social. Essas profissões encontram-se, atualmente, em plena expansão. (...) Não se vinculam a uma única instituição, mas, ao contrário, enxertam-se como apêndice nos aparelhos preexistentes: judiciário, assistencial, educativo. Disseminados numa multiplicidade de lugares de inserção, guardam sua unidade, não obstante, em função de seu domínio de intervenção, que assume os contornos das classes menos favorecidas (Danzelot, 1980, p. 91-2).

Flávio da Silva Fernandes e Edison Rossi explicam que até há pouco tempo os problemas da velhice sobrecarregavam a medicina, sendo recente a consideração de que os fatores sociais têm precipitado o envelhecimento e influído em suas patologias. Assim,

torna-se necessário o concurso de um grande número de profissionais para a caracterização fidedigna dos efeitos que ambiente, cultura, mudanças sociais, atitudes e comportamentos exercem sobre o processo de envelhecimento. No caso específico de habilitação de técnicos na área do envelhecimento e da velhice, é preciso encarar um novo tipo de formação, que atenda a este aspecto novo e emergente, que apenas recentemente se fez merecedor de maior consideração. (...)

Em que pese o significado demográfico, sociológico e econômico do fenômeno representado pela expansão das faixas etárias mais elevadas da pirâmide de idade no Brasil, pouco ou quase nada tem sido feito no sentido de detectá-lo de maneira sistemática, de examinar as suas implicações e assim fornecer elementos para subsidiar programas adequados de promoção social do *gerontino* (Fernandes e Rossi, in Ballone, 1981, p. 23-4; grifo meu).

No momento em que os técnicos monopolizam o saber sobre a velhice, os velhos, transfigurados em objetos desse saber, são reduzidos a gerontinos, perdendo as suas particularidades enquanto ser histórico.

Continuando, os autores explicam ainda que

a maioria das pessoas, atualmente preparadas nas diferentes disciplinas e profissões universitárias, apresentam condições limitadas no que tange à exata compreensão das condições que afetam a gente idosa. Conspiram em favor da manutenção deste quadro negativo, a reduzida valorização que as obras sociais atribuem a esses técnicos e a baixa remuneração vigente — ambos os fatos antagônicos, frente a uma causa que exige dedicação e motivação.

Predomina ainda a tendência de se promover cuidados e realizar estudos acerca do primeiro terço de vida do indivíduo; somente nos últimos trinta anos se desenvolveu uma investigação específica em torno da

gerontologia. No Brasil, embora em número reduzido, profissionais de diferentes ramos e escolas têm produzido trabalhos sérios que despertam, inclusive, o interesse do público leigo. Contudo, para a execução de um programa para o idoso, necessitaremos de uma equipe multiprofissional, coesa em torno de seus objetivos e uniforme em suas ações, capaz de desenvolver atividades científicas de formação e treinamento de pessoal que se dedica ou queira se dedicar à gerontologia. Daí, a necessidade de começarmos por sensibilizar os núcleos comunitários de ensino, de maneira que a questão do idoso seja objeto de estudo e mereça a preocupação do maior número possível de diferentes profissões e de trabalhadores sociais voluntários (Fernandes e Rossi, in Ballone, 1981, p. 24).

Os autores enfatizam que, como a nossa sociedade

não estabeleceu condições e nem exigência para que o atendimento à velhice seja tecnicamente promovido, vem se atrasando a implantação curricular da gerontologia na sua abrangência tanto médica como social. A incompreensão existente se projeta no mercado de trabalho e, conseqüentemente, no mundo universitário. O assunto interessa ao MEC (Fernandes e Rossi, in Ballone, 1981, p. 25).

Afirmam, assim, que há necessidade urgente de: melhoria dos conhecimentos e habilitação do pessoal, através de programas a curto prazo ou permanentes, nos setores responsáveis pelo grupo social que envelhece; desenvolvimento do estudo da gerontologia-geriatria nas universidades e escolas técnicas; possibilidade de as pessoas idosas física e mentalmente aptas, mediante reciclagem, participarem de programas de ensino e capacitação que lhes tragam a oportunidade de trabalharem em tempo parcial pós-aposentadoria. Não veem possibilidade de consolidar o desenvolvimento da geriatria e da gerontologia se não ocorrer o apoio da universidade.

Promovendo o ensino nos campos da gerontologia e da geriatria, a universidade desenvolverá valioso serviço com vistas à aceleração de uma política social que mantenha o público idoso integrado, de forma

alguma colocado como uma população secundária, cujos direitos sejam postergados — ou somente atendidos mediante pressão. (...)

Deve haver uma preparação altamente interessada dos setores aptos a cooperar nas mudanças que determinem o lugar que compete aos idosos em nossa sociedade. Executivo e Legislativo têm que se dar as mãos dentro deste propósito, através de diretrizes, normas e leis compatíveis com o momento e o futuro, quando crescerão ainda mais as legiões de idosos, que têm, inegavelmente — como revelam outras culturas —, *um papel de agente do equilíbrio social*. (...)

Participando ativamente da informação e da formação do homem comum, a universidade estará se identificando com a comunidade em que esteja sediada (Fernandes e Rossi, in Ballone, 1981, p. 29-30; grifos meus).

A proposta médica, no que se refere à assistência aos idosos, através da ação de equipes multiprofissionais coesas, busca a promoção de uma solicitude educativa sem fronteiras, visando substituir a boa consciência da caridade pela adoção de técnicas eficazes (Danzelot, 1980, p. 92). Trata-se de uma proposta de educação vigiada: objeto de intervenção, os velhos são, ao mesmo tempo, objetos de saber. Aí entra o solicitado serviço da universidade em prol do desenvolvimento e aceleração de uma política social voltada para o idoso: o trabalho social precisa se apoiar num saber psicológico, psiquiátrico, psicanalítico, sociológico, antropológico etc., voltado para o que chamamos de “pedagogia da velhice”. Entretanto, a universidade

é simplesmente uma instituição dominante ligada à dominação. Não é uma instituição neutra; é uma instituição de classe, onde as contradições de classe aparecem. Para obscurecer esses fatores ela desenvolve uma ideologia do saber neutro, científico, a neutralidade cultural e o mito de um saber “objetivo”, acima das contradições sociais (...). Hoje, ela forma a mão de obra destinada a manter nas fábricas o despotismo do capital; nos institutos de pesquisa, cria aqueles que deformam dados econômicos em detrimento dos assalariados; nas suas escolas de direito, forma os aplicadores de legislação de exceção; *nas escolas de medicina, aqueles que irão convertê-la numa medicina do capital ou utilizá-la repres-*

*sivamente contra os deserdados do sistema.* Em suma, trata-se de “um complô de belas almas” recheadas de títulos acadêmicos, de doutorismo substituindo o bacharelismo, de uma nova pedantocracia, da produção de um saber a serviço do poder, seja de que espécie for (Tragtenberg, 1982, p. 11; grifos meus).

Para os teóricos da velhice, o saber passa a ter um sentido messiânico: através da ação conjunta dos “esclarecidos”, pretende anular a discriminação, a tragédia da velhice, contando com as trilhas da educação libertadora. Insistem na afirmação de que,

a formação de técnicos converte-se numa preocupação fundamental, possibilitam |do ampliar as frentes que devem desenvolver atividades, ambiente para ressocialização, estímulo à mobilidade dos idosos, facultando-lhes opções e iniciativas que proporcionem o melhor sentido de autonomia (Fernandes e Rossi, in Ballone, 1981, p. 25).

Segundo os ideólogos da velhice, “os maiores abandonados” conseguirão “autonomia” na medida em que poderão contar com o apoio dos notáveis portadores de um saber específico sobre o estágio de vida em que se encontram e sobre as dificuldades que enfrentam nas relações sociais. Para tanto, há que se conseguir, nas palavras de Flávio da Silva Fernandes e Edison Rossi — através da ação conjunta do Executivo e Legislativo —, normas, diretrizes e leis que favoreçam os idosos.

Ligados à ideologia do cientificismo, os gerontólogos e geriatras

acreditam na isenção política de suas práticas profissionais. Por esta razão, jamais procuram rever as matrizes sociais da ciência que orienta os postulados teóricos e técnicos destas práticas. Pelo contrário, permanecem atados ao “cientificismo”. Redobram as medidas de controle terapêutico (Costa, 1979, p. 16).

O velho — seu objeto de pesquisa — é tratado à semelhança de coisa, descaracterizado, fragmentado, visto independentemente das

suas condições objetivas de existência. Os gerontólogos e geriatras, enquanto sujeitos-investigadores, separados do seu objeto de saber — os velhos —, buscam apreendê-lo, conhecer os seus males e propor soluções para a sua vida, para o que solicitam o apoio de outros técnicos e do Estado. As representações sobre a velhice criadas pela geriatria-gerontologia, produtoras intelectuais do discurso competente sobre a velhice, são ideias da classe dominante, não passando, portanto, de expressão ideal das relações materiais dominantes;<sup>10</sup> as representações sobre a velhice são parte da realidade, são reflexos das relações, processos e estruturas do capitalismo. Apanhando a realidade de maneira fragmentária, o discurso médico faz a apologia do mundo burguês. Os teóricos da velhice não fazem dos idosos o terreno da “sua” ciência, para a “sua” ciência e pela “sua” ciência: pois, fazendo nossas as palavras de Chico de Oliveira,

para além de um pobre *SCIENCE FICTION*, a ciência é um exercício de conhecimento e reconhecimento do próprio homem, não se faz ciência para que as abelhas se entendam melhor, senão para os homens, e mesmo quando esse percurso passa por um momento em que é necessário que as abelhas se entendam melhor, esse é somente *um momento*: o sujeito e o objeto da ciência é o homem. E cabe pois, aos cientistas recuperarem essa dimensão humanista e humanitária da ciência (Oliveira, 1976, p. 56).

Os gerontólogos e geriatras exercem, pois, o papel histórico de ideólogos ativos da classe dominante; enquanto intelectuais a serviço da ordem capitalista, fazem do aperfeiçoamento das representações sobre a velhice a garantia da sua própria sobrevivência.

Na medida em que, segundo o saber gerontológico-geriátrico, a melhor terapia para a velhice é o trabalho, a proposta da abolição da aposentadoria por tempo de serviço está presente no discurso médi-

---

10. “O ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem” (Marx, 1983, p. 20, v. I).

co integrando, pois, o conjunto de representações sobre a velhice. Assim, coloca Mário Filizzola:

Todos aplaudem a ampliação de aposentadoria. Não como prêmio, mas por preconceito. Numa sociedade ainda semiartesanal [*sic*] como a nossa, os jovens têm mais valor porque sua produção é um pouco maior (cerca de 10%). Esse problema já não ocorre num estágio mais evoluído, em que as máquinas substituem grande parte da força muscular do homem e em que subsiste a necessidade de se utilizar o indivíduo mais experiente, mais vivido e mais velho para manipular essas máquinas. Aí o cérebro experimentado encontra aplicação (*Jornal da Semana*, 1º abr. 1979, p. 8).

O trabalho, segundo o especialista Mário Filizzola, é importante para manter o indivíduo vivo.

A desistência perante a vida é o fenômeno da depressão. É uma doença que atinge os neurônios quando são insuficientemente nutridos e irrigados. A partir daí conclui-se que o velho triste é um velho doente, porque a tristeza é um dos sinais da má irrigação circulatória. A tristeza é o primeiro passo, depois vem o desinteresse e, em último grau, o desejo da morte (*Jornal da Semana*, 1º abr. 1979, p. 8).

Também E. J. Stieglitz se pronuncia a respeito da aposentadoria em seu artigo "A suprema tragédia da velhice é a convicção da inutilidade". Segundo ele,

a aposentadoria tem sobre o homem um efeito catastrófico, quando ele não foi previamente preparado para isso. (...) *Tempo livre é uma das causas maiores de TENSÕES ESTRESSANTES*. Logo, a aposentadoria quando chega: desenvolve a ansiedade e reações depressivas; sensação de abandono e de não mais ser apreciada profissionalmente; volta ao estado de dependência; gera graves tensões conjugais. A aposentadoria exige revisão. Não pode ser generalizada e baseada somente no conceito cronológico. (...)

Logo, assim como devemos nos preparar para o envelhecimento, deve existir um plano de preparação para a aposentadoria.

Repetimos que a aposentadoria não pode ser generalizada, pois se muitos necessitam ser afastados do trabalho, muitas vezes até mesmo antes da idade-limite que a lei obriga, outros podem ultrapassá-la sem nenhum comprometimento da saúde física ou mental. “A MELHOR TERAPÊUTICA PARA O ENVELHECIMENTO É O TRABALHO.”

A aposentadoria é não raro uma espécie de doença ou de morte que toma conta progressivamente do indivíduo, acabando por liquidá-lo, em geral, antes do tempo.

O trabalho é o melhor prêmio que a vida pode oferecer ao homem. Sem ele, a vida perde completamente o sentido, passando a ser pesado fardo. Pesado e inútil. O que se faz preciso é trabalhar com entusiasmo e, sobretudo, com humor, pois desse é que nasce a sublime alegria de viver (Stieglitz, 1978, p. 29).

Jarbas José Ávila explica que:

SABER ENVELHECER É UMA ARTE. Temos que buscar o envelhecimento com decência e dignidade. E norma geriátrica preconizar sempre o trabalho ou então uma ocupação para os idosos, com a finalidade de mantê-los sempre com a “GANHA DE VIVER”, sem o que sentir-se-ão abandonados e acabarão antecipando sua morte (Ávila, 1978, p. 25).

O saber médico, ao receitar o trabalho como a melhor terapêutica para o envelhecimento, propondo, assim, a revisão da aposentadoria por tempo de serviço, desconsidera a questão da exploração da mão de obra.

A questão social da velhice é formulada desconsiderando os fundamentos materiais da sua existência, vista como ameaça que paira sobre todos os homens, independentemente do lugar que ocupam no processo produtivo, camuflando o fato de que é a classe trabalhadora, formada pelos homens-mercadoria, que aciona o processo produtivo, a protagonista, historicamente constituída, da tragédia do fim da vida.

O trabalho assalariado aparece no discurso médico como remédio necessário para que a vida do homem continue tendo sentido, encobrindo, assim, a realidade criada pelo trabalho:

*A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento do valor do mundo dos objetos. O trabalho não cria apenas objetos; ele também se produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e, deveras, na mesma proporção em que produz bens (Marx, in Fromm, 1962, p. 94-5).*

É uma lei histórica de que no sistema capitalista o crescimento da pobreza é diretamente proporcional ao crescimento da riqueza produzida pelo trabalhador. A gerontologia e a geriatria, por intermédio do amplo receituário expresso nas normas por elas criadas, ocultam, com suas propostas paternalistas, o destino da classe trabalhadora: seu fim de vida não poderá ser diferente da existência historicamente determinada pelo sistema capitalista.

Como pode o trabalho nas sociedades de classes — que, ao produzir o próprio trabalhador como mercadoria, produz suas condições de vida e, portanto, produz a tragédia do fim da vida<sup>11</sup> — ter a função messiânica preconizada pela norma geriátrica? Como pode o trabalho dar sentido ao final da vida, uma vez que o homem é dominado pelo trabalho, alienado pelo trabalho?

Pois está claro que (...) quanto mais o trabalhador se desgasta no trabalho tanto mais poderoso se torna o mundo de objetos por ele criado em face dele mesmo, tanto mais pobre se torna a sua vida interior, e tanto menos ele se pertence a si próprio. (...) Quanto maior for sua atividade, portanto, tanto menos ele possuirá. O que está incorporado ao produto de seu trabalho não mais é dele mesmo. Quanto maior for o produto de seu trabalho, por conseguinte, tanto mais ele minguará.

---

11. “Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com *o que* produzem, como com o modo *como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção” (Marx e Engels, 1984, p. 27-8).

A alienação do trabalhador em seu produto não significa apenas que o trabalho dele se converte em objeto, assumindo uma existência *externa*, mas ainda que existe independentemente, *fora dele mesmo*, e a ele estranho, e que com ele se defronta como uma força autônoma. A vida que ele deu ao objeto volta-se contra ele como uma força estranha e hostil (Marx, in Fromm, 1962, p. 95).

A receita gerontológica expressa na proposta da abolição da aposentadoria por tempo de serviço:

A aposentadoria é não raro uma espécie de doença ou de morte que toma conta progressivamente do indivíduo, acabando por liquidá-lo, em geral, antes do tempo. O trabalho é o melhor prêmio que a vida pode oferecer ao homem. Sem ele, a vida perde completamente o sentido, passando a ser pesado fardo. Pesado e inútil. O que se faz preciso é trabalhar com entusiasmo e, sobretudo, com humor, pois desse é que nasce a sublime alegria de viver (Stieglitz, 1978, p. 29),

expressa, pois, contradições presentes no discurso competente, que esconde a alienação inerente à própria essência do trabalho nas sociedades capitalistas. Embora, no exercício da filantropia científica, geriatras e gerontólogos se pronunciem na defesa dos velhos, enquanto formuladores de um discurso assentado na “ciência burguesa”, onde a aparência exterior e a essência das coisas coincidem diretamente, defendem, na realidade, os interesses da classe dominante.

“A ociosidade pode levar os velhos à depressão e esta à morte”, explica a ciência médica. Simone de Beauvoir pronuncia-se a este respeito:

Quando envelhecidos, os explorados se veem condenados, senão à miséria, pelo menos a uma pobreza extrema, a moradias incômodas, à solidão e, conseqüentemente, a um sentimento de decadência e a uma angústia generalizadas. (...)

Mesmo quando se conserva saudável e lúcido o aposentado não está livre de um terrível flagelo: o tédio. (...) Ao aposentado, causa deses-

pero a falta de sentido de sua vida, mas isto se explica pelo fato de ter sido sempre roubado o sentido de sua existência. (...) Ao livrar-se dos constrangimentos de sua profissão, só se vê um deserto a seu redor; não lhe foi concedida a oportunidade de se empenhar em projetos que lhe teriam povoado o universo de objetivos, valores e razões de ser (Beauvoir, 1970, p. 301).

Mas existe o outro lado da questão e que precisa ser considerado. Os dominados conseguem sobreviver com o magro pecúlio da aposentadoria? Retornam ao trabalho movidos pelo tédio a que são submetidos ao se aposentarem?

Jungla Maria Pimentel Daniel desenvolveu uma valiosa pesquisa — “A condição de vida do operário aposentado” — onde aborda essa problemática:

pode-se dizer que a aposentadoria constitui, na realidade, o desfecho institucionalizado da exploração da força de trabalho. Aposenta os operários com base em seu salário, fruto do trabalho alienado e, ao aposentá-los, rebaixa ainda mais a remuneração de sua força de trabalho. Desta forma, obriga-os a se colocarem novamente no mercado de trabalho.

A Previdência Social é uma conquista da classe operária, fruto de suas reivindicações junto à classe dominante. Mas, as leis que a regem foram redigidas por representantes desta classe dominante. Elas não procuram sanar, ou atenuar diferenças econômicas da população segurada, pelos seus benefícios e serviços. Pelo contrário, reafirmam estas diferenças. Tratam todos como iguais, mas cada um dentro de sua categoria econômica. (...) Faz com que os aposentados, por não terem condições mínimas de subsistência, sejam obrigados a voltarem a trabalhar. (...) Teoricamente, a aposentadoria tira os operários do exército ativo de trabalhadores e do exército de reserva. No entanto, coloca-os em uma condição de pauperismo profundo. Para sobreviverem a esta situação, os operários aposentados reagem, iniciando outro ciclo de vida, reingressando no mercado de força de trabalho, seja como contingente do exército ativo de trabalhadores, seja do exército de reserva, ou ainda, lumpenizando-se (Daniel, 1979, p. 175-6).

O trabalhador aposentado não consegue viver sem o trabalho que o massacrou a vida inteira, na medida em que sua vida dele depende. “A ausência de trabalho pode levar o homem à depressão e esta à morte”, explicam os especialistas em velhice. Residem aí duas ordens de contradições. Em primeiro lugar, o trabalho assalariado não é fonte de vida. Na realidade,

a mortalidade é um “gasto de trabalho” que se apresenta ora sob a forma de “desperdício de trabalho”, ora sob a forma de “economia de trabalho”; a mortalidade é um “gasto de trabalho” na medida em que a produção de mercadorias e seu desdobramento natural, a produção de mais-valia, “consome” forças de trabalho. E as *consume* realmente, pois o próprio consumo produtivo da força de trabalho, isto é, a incorporação do valor, é um consumo físico. O consumo das forças de trabalho é irreparável na medida mesma em que a produção de mercadorias e a produção de mais-valia *assentam-se na apropriação de trabalho não retribuído*, e o produto do trabalho aparece como pressuposto ou reposição da continuação do processo; fisicamente, ele será também irreparável na medida em que o salário estiver por debaixo do custo de reprodução. Essa contradição é insanável no modo de produção capitalista, e por ela ou através dela se pode perceber *o que é a real submissão* da força de trabalho ao capital (Oliveira, 1977, p. 140).

Em segundo lugar, o trabalhador aposentado é forçado a tentar ingressar novamente no processo produtivo devido às condições precárias de sobrevivência em que se encontra. Busca o trabalho na velhice para conseguir manter-se vivo, não porque se realize através dele, na medida em que se trata de trabalho alienado.

O que constitui a alienação do trabalho? Primeiramente, ser o trabalho *externo* ao trabalhador, não fazer parte de sua natureza, e, por conseguinte, ele não se realizar em seu trabalho, mas negar-se a si mesmo, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas, mas ficar fisicamente exausto e mentalmente deprimido. O trabalhador, portanto, só se sente à vontade em seu tempo de folga, enquanto no trabalho se sente contra-

feito. Seu trabalho não é voluntário, porém imposto, é *trabalho forçado*. Ele não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades. Seu caráter alienado é claramente atestado pelo fato de, logo que não haja compulsão física ou outra qualquer, ser evitado como uma praga. O trabalho exteriorizado, trabalho em que o homem se aliena a si mesmo, é um trabalho de sacrifício próprio, de mortificação. Por fim, o caráter exteriorizado do trabalho para o trabalhador é demonstrado por não ser o trabalho dele mesmo, mas trabalho para outrem, por no trabalho ele não se pertencer a si mesmo mas sim a outra pessoa (Marx, in Fromm, 1962, p. 97-8).

Mas, sendo que a existência do trabalhador está condicionada à existência do capital, na medida em que ele

só é trabalhador quando existe como capital para si próprio, e só existe como capital quando há capital para ele (Marx, in Fromm, 1962, p. 108),

a receita preconizada pelos produtores do saber gerontológico para a velhice — o trabalho — dificilmente encontra eco na sociedade capitalista.

É difícil aos operários aposentados conseguirem trabalho assalariado devido à idade e ao estado de saúde precário.

A empresa em que trabalham só os recebe de volta nas seguintes condições: pela qualidade de seu trabalho; pela possibilidade que a indústria vê de contratá-los como mestres para treinamento de novos trabalhadores, ou ainda pelo salário mais baixo que paga ao aposentado. Neste caso, os operários aposentados voltam a integrar o exército ativo de trabalhadores.

Outras vezes os operários aposentados fazem parte do exército de reserva. São os trabalhadores excedentes da indústria que, quando velhos, esgotados e doentes, em vez de caírem diretamente na categoria lúmpen como acontecia antes da Previdência Social, a lei regulariza sua saída do processo produtivo. Porém, isto se dá em condições tais que voltam a ingressar no mercado de força de trabalho, onde vão competir com trabalhadores mais fortes, mais moços e com a força de trabalho menos

desgastada pelo consumo produtivo. Os operários aposentados estão sempre disponíveis para o trabalho, apesar de todas as dificuldades de conseguirem algum serviço. Enquanto esperam a oportunidade de voltar a ser assalariados, trabalham como prestadores de serviço: *por conta* ou fazendo *bico* (Daniel, 1979, p. 177).

Portanto, o aposentado vai fazer parte da violenta competição intertrabalhadores — resultado das variações cíclicas do processo de acumulação —, que é fonte de rebaixamento dos salários reais. Francisco Oliveira explica que os

progressos da medicina preventiva funcionam como se *fossem* um mecanismo a mais de criação/ampliação do exército industrial de reserva nos países mais atrasados do sistema capitalista. Precisamente porque o controle epidemiológico incide diretamente sobre a mortalidade, elevando a vida média e a expectativa de vida, seu resultado mais imediato é um incremento da *fertilidade da força de trabalho*, isto é, da ampliação da permanência dos mesmos indivíduos na força de trabalho, em idade ativa (não se trata de incremento da fertilidade da população). Tem-se aqui, pois, um resultado duplamente determinado: a baixa da mortalidade leva diretamente a um incremento da fertilidade de trabalho (Oliveira, 1977, p. 156-7).

Uma das repercussões desse resultado sobre a reprodução da população é a ampliação do exército industrial de reserva no polo da acumulação urbano-industrial que, ajudado pela migração campo-cidade, agudiza a competição no mercado de trabalho, dando-se

uma precoce expulsão dos mais velhos da força de trabalho, e simultaneamente uma incorporação mais rápida da força de trabalho mais jovem, inclusive de menores (Oliveira, 1977, p. 158).

Assim, são reinstauradas as altas taxas de mortalidade.

Mas existe o outro lado da questão e que precisa ser analisado para se buscar a essência da afirmação do discurso competente sobre

a velhice: “a ausência do trabalho pode levar o homem à depressão e esta, à morte. A aposentadoria exige revisão”.

O que está em discussão não é o significado do trabalho para o homem, como expressão do seu poder, como relação ativa dele (homem) com a natureza, por meio do qual mundo e homem são criados. O que está sendo questionado é um trabalho determinado: o trabalho assalariado a que é submetido o homem nas sociedades capitalistas. À medida que se expande a propriedade privada e a divisão do trabalho, o trabalho deixa de fazer parte da natureza do trabalhador; o produto do trabalho tem uma existência separada do homem e da sua vontade, que

se lhe opõe como um ser *estranho*, como uma força *independente* do produtor. O produto do trabalho humano é trabalho incorporado em um objeto e convertido em coisa física; esse produto é uma *objetificação* do trabalho. A execução do trabalho é simultaneamente sua objetificação (Marx, in Fromm, 1962, p. 95).

É nas sociedades capitalistas que a alienação do trabalho atinge o seu auge:

dentro do sistema capitalista, todos os métodos para a elevação da força produtiva social do trabalho se aplicam à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, transformando-o num ser parcial, degradam-no, tornando-o um apêndice da máquina; aniquilam, com o tormento de seu trabalho, seu conteúdo, alienam-lhe as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a ciência é incorporada a este último como potência autônoma; desfiguram as condições dentro das quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao mais mesquinho e odiando despotismo, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho (Marx, 1983, p. 209-10, v. I).

A depressão, a que se referem os especialistas, é expressão das condições materiais de vida, envolvendo, pois, a questão da alienação;

é consequência das relações de produção e reprodução do próprio trabalhador, portanto, fruto da forma produtiva da sociedade. O aposentado não consegue viver sem o trabalho que o anulou a vida inteira: sente-se deprimido quando é retirado do processo de produção.<sup>12</sup> A perspectiva de futuro para aquele que não está engajado no mercado produtivo é, segundo os gerontólogos, a morte. A análise aparece invertida: o que é consequência — situação de depressão — passa a ser causa; o que é determinado é tomado como determinante: a aparência exterior e a essência das coisas coincidem.

A norma, o trabalho, preconizada pelo saber gerontológico, integrante da ideologia da velhice — que, enquanto ilusão, expressa a “falsa consciência” dos seus ideólogos, ao mesmo tempo que cria uma “falsa consciência” sobre a realidade vivida pelos velhos —, desconsidera o fato de que o trabalhador é transformado em mercadoria e que a lei da oferta e da procura governa a produção dos homens. Desconsidera que o homem é mercadoria na medida em que é reproduzido apenas como trabalhador

e a concorrência dessa reprodução está de acordo com as necessidades da propriedade privada (Meszáros, 1981, p. 129).

E se, na velhice, os homens sentem o vazio instalado com a aposentadoria, é porque no processo de reificação a que estão submetidos, o “prestígio” ocupado pelo trabalho foi por eles internalizado através do longo processo de educação para a vida produtiva e, consequentemente, é por eles próprios reproduzido. Quando a prática de trabalho cessa pela aposentadoria, o indivíduo é levado a reconhecer que nada mais é, a despeito do que já tenha feito. Não são apenas os trabalhadores que se tornam sujeitos ao poder exterior dominado pelo capital: dentro do quadro contraditório gerado pelo modo capitalista, isso se aplica também aos donos do capital. Ao modo capitalista de

---

12. O fato de mencionarmos o trabalhador não significa que essa alienação não afete o proprietário do capital. Como nos ensina Marx, há dois lados na mesma alienação humana: o “trabalho” é o “sujeito sem objeto”, ao passo que o “capital” é o “objeto sem sujeito”.

produção corresponde o modo capitalista de pensar. Trabalhar é, pois, o eixo em que se plasma e exercita com exclusividade a possibilidade pessoal de autoconsciência e autoafirmação perante a sociedade. Que resta aos homens pós-aposentadoria? A inoperância, isto é, a improdutividade, segundo o saber especializado é a *causa mortis*, o trabalho é a vida.

A gerontologia e a geriatria, desprovidas de uma consciência real do dinamismo social inerente ao antagonismo entre a propriedade privada e o trabalho assalariado, apresentam um discurso não histórico a respeito da problemática da velhice na sociedade de classes brasileira.

Nos estudos do desenvolvimento da economia urbano-industrial, ocupa lugar de destaque a análise dos efeitos que as mudanças na organização do trabalho, que o emprego cada vez maior de máquinas e equipamentos aperfeiçoados e, mesmo, a qualificação dos trabalhadores provocam nas oportunidades de empregos e nas condições de remuneração dos diversos setores da população. Enquanto o geriatra Mário Filizzola afirma, como vimos, que a valorização da mão de obra jovem ocorre em sociedades semiartesanaís como a nossa, uma vez que esse problema não existe num estágio mais desenvolvido, onde as máquinas substituem em grande parte a força muscular do homem, utilizando-se, então, a mão de obra dos indivíduos mais experientes, mais vividos e velhos para manipular as máquinas, os estudos do desenvolvimento da economia urbano-industrial contrariam essa afirmação.

A existência de um excedente de força de trabalho em relação às necessidades do sistema produtivo permite que os empregadores estabeleçam outros critérios de preferência por certas categorias de trabalhadores, além dos requisitos de qualificação inerentes às tarefas. As características de sexo, idade, origem, cor da pele etc. passam a ter importância nas oportunidades de trabalho. A preferência por homens ou mulheres, jovens ou velhos, migrantes ou não migrantes, brancos ou negros, pode resultar tanto de motivações econômicas como de preconceitos sociais. Em muitos casos, a discriminação contra determi-

nadas categorias de trabalhadores revela uma utilização econômica de preconceitos de outra ordem, como, por exemplo, o menor salário pago a mulheres e crianças em relação ao dos homens adultos empregados em tarefas idênticas. Em outros casos, a discriminação de ordem econômica dá origem a discriminações sociais, como ocorre quando a mão de obra desgastada pode ser facilmente substituída por trabalhadores jovens, criando-se uma categoria de “velhos” sem relação direta com a idade biológica. Dessa forma, as discriminações sociais e econômicas reforçam-se mutuamente, diferenciando os trabalhadores e excluindo certas camadas do mercado de trabalho. (...) Cria-se um ciclo de “vida produtiva” em que as empresas podem utilizar abusivamente de sua força de trabalho, alijando a mão de obra desgastada do mercado de trabalho. Decreta-se assim a incapacidade para o trabalho em função da mão de obra disponível, e surge, prematuramente, a categoria “velho”, ainda que, em muitos casos, os trabalhadores excluídos do emprego estejam em pleno vigor de sua energia física e mental (Camargo et al., 1977, p. 80-3).

Chico de Oliveira também se pronuncia sobre esta questão:

O sistema econômico no Brasil está longe de empregar satisfatoriamente sua população e sua força de trabalho; embora seja certo que o desemprego entre os jovens seja perturbador, não se pode desmentir que o sistema econômico esteja *desempregando precocemente* as pessoas que avançam em anos; precisamente, o sistema econômico vale-se da enorme reserva de força de trabalho de que dispõe para substituir pessoas ainda em idade de trabalhar por outras mais jovens às quais paga menos; o sistema econômico unificou os mercados de mão de obra sob os conceitos de idade e sexo, valendo-se dessas distinções sempre que é possível tirar vantagens de menor remuneração (Oliveira, 1976, p. 41).

As receitas médicas, amparadas na norma geriátrica que preciniza o trabalho como necessário para manter os velhos com a “gana de viver”, são representações que, desconsiderando as condições objetivas de vida da grande maioria da população, ocultam o social histórico, enquanto social fundado na divisão e na luta de classes.

A gerontologia social combate, também, a colocação dos velhos em asilos. Através desse combate visa atingir um alvo privilegiado: a família. O geriatra Marcos Smith Angulo, no transcorrer do “Ano Nacional do Idoso” (1982), em entrevista concedida à imprensa afirma ser favorável à campanha para

conscientizar as famílias de que as pessoas com mais de sessenta anos continuam sendo úteis (*Shopping News*, 7 mar. 1982, p. 14).

Explica que a ONU justifica que optou deixar a critério de cada país a realização de campanhas a favor dos idosos por se tratar de um problema não encontrado nos países desenvolvidos, onde o velho recebe todo o amparo possível. Os velhos no Brasil, segundo ele, lutam contra um rótulo que lhes pode ser fatal: esclerosados.

Daí para o asilo é um passo. Lá eles passam a maior parte do tempo sentados ou deitados, longe do contato com a família, recebendo medicamentos inadequados. Assim surgem as doenças (Angulo, 7 mar. 1982, p. 14).

No entanto, esclarece ainda:

Há estudos comprovando que, de modo geral, apenas 25% são vitimados por arteriosclerose (Angulo, 7 mar. 1982, p. 14).

Para combater o estigma contra a velhice, a equipe de gerontologia social da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia busca realizar encontros e debates onde enfatiza a necessidade de a família apoiar o idoso.

Sérgio da Hora Farias, presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia do estado de Alagoas, explica que

Temos hoje no Brasil mais de 10 milhões de velhos com mais de 60 anos. Na atual conjuntura, as pessoas têm medo de envelhecer, pois não exis-

te nada que as deixe seguras pelo resto de suas vidas. O nosso velho sofre principalmente de carência afetiva. Os velhos das nossas famílias já estão no ostracismo, os filhos se distanciam dos pais. Tenho casos de filhos que nem querem ver os próprios pais e ficam apenas esperando que eles morram para receber a herança (Vasconcellos, 1983, p. 9).

A família não é compreendida como uma relação social historicamente determinada, assumindo, portanto, em nossa sociedade, formas e funções diferentes na classe trabalhadora e não trabalhadora.

O mais importante para o velho é o carinho da família, da sociedade e também do governo. Em seguida, uma alimentação bem orientada e alguns exercícios para não levar uma vida sedentária. O brasileiro não come bem, por isso envelhece mais rapidamente. (...)

O velho problemático (psicótico, detento) é o mais desassistido. A grande maioria deles é colocado em asilos, que são considerados pela ONU verdadeiros “morredouros” ou “cemitério dos vivos”. Não existe ainda qualquer trabalho no sentido de diminuir as dificuldades dos velhos-problema. (...)

Uma das necessidades do idoso é se sentir útil, participando do dia a dia da sua família, quando ele ainda tem família. Já o velho abandonado, além de não ter ninguém para ajudá-lo, é o que tem mais problemas de saúde. Em alguns casos, mesmo os que têm família não são assistidos de maneira correta. Tenho casos que a família deixa os seus velhos trancados dentro de casa e sai para passear, sem lembrar que deixou uma pessoa só, insegura e ainda preocupada com o bem-estar dos filhos. A velhice é um problema muito sério. Tem que ser tratado por diversos setores da sociedade. (...)

Em 1982, Ano Nacional do Idoso, não se fez nada de proveitoso nesse sentido. Não podemos esperar mais. O descaso com a velhice nos deixa angustiados. E é para tratar com carinho desse assunto que existe a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (Vasconcellos, 1983, p. 9).

Observa-se que o combate ao estigma da velhice deve ser feito, segundo a geriatria e a gerontologia, através de esclarecimentos, palestras, debates etc., para atingir a população em geral. O sistema

econômico fica imune: é como se o preconceito contra a velhice independesse das relações de produção. Por trás da aparente defesa dos velhos, encontra-se a defesa, pela filantropia médica, dos interesses do Estado, representante da minoria dominante. Os velhos crescem numericamente e, a médio prazo, o Estado não terá condições de arcar com um sistema previdenciário cada vez mais oneroso, e com a manutenção de instituições — em número cada vez maior — que abriguem “os maiores abandonados”. No que se refere à prática dos asilos, o saber médico denuncia a solidão, o tratamento dispensado, a extrema inutilidade a que são submetidos os velhos.

Segundo o saber médico, o grande número de idosos internados em asilos é decorrência da marginalização a que são submetidos: o problema dos “maiores abandonados” se insere no problema mais amplo dos preconceitos sociais. É preciso que a população se esclareça; torna-se necessário que o homem seja educado para a velhice. As normas gerontológicas são claras: os velhos devem ser úteis (o que equivale dizer, precisam produzir riqueza), não podem ser um peso morto, não podem ser desamparados, não podem viver na solidão. Assim, gerontologia-geriatria procuram atingir a família: buscam sensibilizá-la, vigiá-la, assisti-la, protegê-la, para que não falhe com os velhos, para que assuma o papel de protetora da velhice a serviço do Estado, dimensão essencial do capitalismo, expressão e condição das relações e antagonismos de classe. O saber médico denuncia a situação vivida pelos velhos no interior dos asilos, procurando, com isso, sensibilizar a população.

Os “remédios” receitados são os mesmos para todos os pacientes. A questão da desigualdade social, que a velhice não é vivida da mesma forma pelos que dominam e pelos dominados, é ocultada. Permanece também dissimulado, no discurso lacunar dos especialistas, prisioneiros da ideologia, que vida e morte estão intrinsecamente ligadas, de maneira que a vida do trabalhador marcado pelo “consumo” da sua força de trabalho leva a taxas de mortalidade específicas. Vida e morte das classes trabalhadoras e não trabalhadoras dentro do crivo da teoria do valor em nada se assemelham. Assim,

a mortalidade das classes não trabalhadoras, constituídas pela própria burguesia e pelos seus funcionários, é a negação da negação: ela é geralmente o inverso da mortalidade das classes trabalhadoras, precisamente porque *não* há “consumo” de forças de trabalho dessas classes. Se a mortalidade das classes trabalhadoras e função direta do “consumo” de suas forças de trabalho, a mortalidade das classes não trabalhadoras é função inversa da primeira, isto é, é função direta dos níveis de mais-valia apropriados e de sua repartição entre capital e renda (Oliveira, 1977, p. 140-1).

A gerontologia e a geriatria, apropriadoras dos segredos da velhice, com seu corpo sistematizado de representações e de normas objetivam ensinar os homens a conhecer a velhice e agir em conformidade com as suas prescrições. Buscam a reorganização dos comportamentos educativos em torno de dois polos bem distintos, sendo que as estratégias propostas são diferentes para cada um. O primeiro tem por eixo a difusão dos preceitos médicos, isto é, um conjunto de conhecimentos e de técnicas que devem levar os velhos a tomar consciência do que é clinicamente a velhice; com isso pretendem a preservação do corpo. O segundo poderia agrupar, sob a etiqueta de “economia social”, todas as formas de direção da vida dos velhos com o objetivo de diminuir o custo social de sua manutenção. Desta forma, a gerontologia e a geriatria se propõem a exercer o monopólio da velhice, lutando pela saúde do “corpo capitalista”, defendendo a ideologia capitalista do homem sadio, do homem produtivo. Desconsiderando as condições objetivas de existência dos velhos, para elas o que conta é a universalidade da saúde. Entretanto,

o que interessa pôr em evidência é que a saúde é muito mais determinada pelas condições de vida, de trabalho, de dispêndio de energias físicas e mentais, de renda, de uma população e especificamente diferenciada segundo as classes e grupos sociais e seu acesso e participação na riqueza nacional; secundariamente, intervém a medicina, em primeiro lugar a preventiva e, em segunda e remota importância, a curativa. (...) E o déficit acumulado durante toda uma vida, a partir de deficiências nutricionais, de um trabalho desgastante, que cedo come-

çam a se refletir nas doenças de massa, na velhice precoce, não pode ser jamais reparado, mesmo com todas as grandes conquistas médicas e farmacológicas dos últimos cinquenta anos. Essas grandes conquistas, patrimônio que deveria ser universal em seu sentido mais amplo, mostra da tenaz construção do homem a partir do próprio homem, não podem senão evitar a morte; serão incapazes, entretanto, de dar ou restituir a saúde, *se as condições estruturais de geração da saúde* não forem radicalmente transformadas (Oliveira, 1976, p. 42).

As três propostas: educação, trabalho e família — tripé onde se assentam as ideias, noções, valores e normas, isto é, o conjunto de representações sobre a velhice —, formuladas pela geriatria e pela gerontologia, estão articuladas contraditoriamente, porém, de tal maneira que formam um todo integrado. Configuram um “modelo” a ser utilizado pelo homem para relacionar-se com seu corpo, com os outros homens e com a vida.

A realidade reificada da cultura dominante estendida

progressivamente ao conjunto da vida psíquica dos homens, onde faz predominar o abstrato e o quantitativo sobre o concreto e o qualitativo (Goldmann, 1959, p. 64-106),

é consubstanciada na “ciência” produtora do saber sobre a velhice que, seduzida pelo culto ao cientificismo, produz um discurso fetichista sobre a velhice: suas representações misteriosas encobrem a origem da produção social da velhice trágica; encobrem a realidade vivida pelo homem durante toda a trajetória de sua vida. A problemática social da velhice, assim como é formulada pelos seus teóricos, de forma autônoma, independentemente da realidade concreta que a produz, é uma falsa questão: expressão da ideologia dominante.